**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2019, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, AMUNESC, NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson** **Mendes Cardoso)** - Autoridades presentes, senhoras e senhores, muito boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo Catarinense, damos início a este evento convocado pela excelentíssima senhora Deputada Estadual Ada De Luca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e proposta pela excelentíssima senhora Deputada Estadual Marlene Fengler, a fim de debater a violência contra a mulher e o feminicídio.

Neste momento, teremos a exibição do vídeo “Sozinhas” produzido pela jornalista Angela Bastos e equipe.

(*Procede-se à projeção do vídeo “Sozinhas”, que conta a história de mulheres do campo que sofreram violência.*) (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER** – Boa tarde a todos.

(*Passa a ler.*)

“Fica até difícil falar depois disso, mas, enfim, é para isso que nós estamos aqui. É muito bom estar aqui com vocês e compartilhar experiências juntos e a partir disso tentarmos construir caminhos para romper esse ciclo de violência contra as mulheres no nosso Estado.

Nós podemos até pensar que essas histórias que aconteceram no vídeo estão distantes de nós, apenas lá no campo, mas não estão. Vocês viram que esse vídeo foi feito em 2017, para mostrar a violência que as mulheres sofrem no meio rural, mas se fosse hoje, aqui na cidade certamente teríamos depoimentos como esses, como o da dona Joana, dizendo que a morte não acontece na primeira briga, normalmente. Ou, como disse a dona Lucimar, que a maioria das mulheres sofre calada. Vai falar e depois, vai para onde? Vai fazer o quê? Quem vai cuidar dela, quem vai garantir a segurança dela?

Essas mulheres sofrem em silêncio, têm vergonha, e a esperança que a maioria delas tem é que o companheiro vai mudar, que isso aconteceu uma vez e que não vai se repetir. Temos muitas barreiras para superar até as mulheres terem a coragem de denunciar. Vocês lembram que também teve o caso da Luiza Brunet, uma mulher famosa que não precisa do dinheiro do marido. E quem iria pensar que ela também pudesse ser vítima de violência? Mas também foi. Mas ela rompeu o silêncio, e denunciou o ex-companheiro, que é um empresário rico, poderoso. Ela venceu a vergonha, mas nem todas conseguem.

Teve o caso também da advogada do Paraná, que vocês estão vendo, a Tatiane Spitzner, que foi morta pelo marido no ano passado. Ela gritou, correu, pediu socorro, mas ninguém ajudou. Talvez porque muita gente ainda pense que em briga de marido e mulher não se mete a colher.

(*Enquanto a Deputada Marlene Fengler fala, nos telões são projetadas imagens e várias fotografias dos casos citados.*)

Esses casos foram notícias no Brasil e no mundo, e mostram que a violência está em todo lugar, que atinge mulheres de todas as idades, a gente viu aí mulheres idosas, e de todas as classes sociais.

E é preciso trabalhar juntos para acabar com essa escalada. No Brasil a cada três mulheres uma já foi vítima de violência, não necessariamente violência física, mas violência psicológica ou física. Somente neste ano em Santa Catarina nós tivemos 26 feminicídios, 26 mulheres, e essas mulheres não cometeram nenhum crime, elas não são ladras, elas não são criminosas, elas não fizeram nada de errado. Elas simplesmente foram mortas porque um homem considera, por ciúme ou por um sentimento de poder, considera que uma relação que ele tem com essa mulher não pode acabar, a não ser que ele queira que ela acabe.

E, pelas pesquisas que temos, em cerca de 60% dos casos, os agressores são conhecidos das vítimas, e apesar do tanto que se fala sobre o assunto, ainda em torno de 50% das mulheres se calam. Hoje é um dia de falar muito, de falar nos números, mas eu acho que mais do que números, mais do que falar sobre esses dados, a ideia é somarmos forças, somarmos esforços entre todos os órgãos que atuam, direta ou indiretamente, para coibir, para de alguma forma mudar esses números que se vê aí, para conversarmos, compartilharmos informações e, a partir disso, tentar mudar essa realidade. (*Palmas.*)

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes** **Cardoso)** - Neste momento, o Cerimonial convida para compor a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e proponente desta audiência pública, Deputada Estadual Marlene Fengler; Deputado Estadual Sargento Lima; Deputado Estadual Kennedy Nunes; secretário executivo da Amunesc, Tufi Michreff Neto; o senhor assessor da Promotoria-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, Fábio Mafra Figueiredo, representando a excelentíssima Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Cibelly Farias; defensor público da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, Leonardo Bertoncini Filomeno; Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, Gustavo Schwingel; Secretário de Assistência Social do Município de Joinville, Vagner Ferreira de Oliveira; Delegada da Delegacia Regional da Polícia Civil de Joinville, Tânia Harada.

O Cerimonial registra também a presença das seguintes autoridades: coordenadora da Casa Abrigo Viva Rosa, do Município de Joinville, Mirele Aparecida Muniz Pereira; assessor da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Jonathan Artmann; presidente da Comissão da Mulher Advogada subseção de Joinville, Giordani Flenik, representando a OAB/SC e a presidente da OAB de Joinville, Maria de Lourdes Bello Zimath; conselheira do Conselho Municipal da Mulher do Município de Joinville, Carla Schetter; coordenadora da Coordenação de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Joinville, Ana Aparecida Pereira; professora da Seprot, Vanessa Köhler, representando a gerente da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública de Joinville, Seprot, Marlete Casett Amorim; assessora parlamentar da Câmara Municipal de Joinville, Maria da Glória Frohlich, representando o Vereador James Schroeder, do Município de Joinville; presidente do Conselho Municipal de Mulher do Município de Joinville, Juliane Patrícia Tavares; presidente do Conselho Municipal da Mulher do Município de São Francisco do Sul, Neusa Borges Correia; assessora parlamentar Miriam Vieira, representando a Deputada Federal Carmen Zanotto; coordenador de Políticas para a Juventude e Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura do Município de Joinville, Paulo Júnior; agente da Polícia Civil do Município de Balneário Barra do Sul, Francislaine Rosa Chagas Francisco Nerling; presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Joinville, Deyvid Inácio Espíndola Luz; conselheira municipal dos Direitos da Mulher do Município de Joinville, Loenir Fátima de Paula Furtado. (*Palmas.*)

O Cerimonial convida neste momento a excelentíssima senhora Deputada Estadual, Marlene Fengler, requerente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial desta audiência pública e a presidência dos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Mais uma vez, boa tarde a todos.

Eu quero agradecer a todas e a todos presentes, nesta tarde, especialmente os que compõem esta mesa e que aceitaram o nosso convite para se fazerem presentes aqui - os Deputados, os representantes dos diversos órgãos, que já foram citados -, e atenderam prontamente o nosso convite, para que pudéssemos aproveitar hoje para discutirmos um tema que, sem dúvida nenhuma, tem uma relevância enorme. Mas acima de tudo, nós temos um problema seriíssimo, que não é um problema somente do nosso Estado, é um problema que acontece em todo o País. Nós estamos aqui para ouvir todos os órgãos sobre as nossas condições, sobre a nossa situação e ver as iniciativas de cada um deles.

Em primeiro lugar, conversar e conhecer para fazer um diagnóstico da situação do nosso Estado e, a partir disso, tentar ao final - serão seis audiência, hoje é a primeira, aqui em Joinville -, construir uma rede de atuação conjunta de todos os órgãos para que efetivamente na prática nós possamos, toda vez que uma mulher precisar procurar apoio, dar assistência em algum órgão público, em algum instrumento público, seja do Município ou do Estado, para que essa mulher seja acolhida, seja devidamente atendida e encaminhada para os setores responsáveis. E, talvez, uma das questões que deveríamos discutir, sei que tem aqui em Joinville uma iniciativa nesse sentido, é a questão de nós termos que ouvir também os agressores, conversar e entender o que está acontecendo com a nossa sociedade.

 Eu dizia ontem ao Deputado Kennedy na Assembleia, que a sensação que dá é que nós vivemos uma crise de valores, uma crise moral no nosso país, um momento de tristeza com números e dados tão estarrecedores, nesse caso específico. Então, é obrigação de todos nós começarmos, tanto enquanto cidadãos, quanto representantes de órgãos públicos responsáveis por estabelecer ou por criar e fomentar políticas públicas de proteção ao cidadão, e nesse caso, as mulheres. Temos a responsabilidade de discutir e de pensar em políticas públicas, que visem melhorar essa situação.

No meu caso específico, quero dizer para vocês, que sou de Itapiranga, uma pequena cidade do interior do Estado, e por isso até coloquei esse vídeo, porque é uma realidade que eu conheço bastante, porque convivi, não em um lar violento, conheci a realidade de várias famílias que conviviam com isso diariamente. Essas mulheres achavam que era assim mesmo, e não só elas, o mais triste, como nós também achávamos que era assim mesmo. Nenhum de nós, e eu me sinto hoje, aqui, falando para vocês, nunca pensei em procurar ajuda para essas mulheres. Um dia chegou à minha casa, uma senhora que era nossa vizinha com a mão cortada, no meio da noite, porque o marido estava bêbado, ela foi proteger os filhos, e ele cortou a mão dela fora. E o que íamos fazer? Naquela época isso era normal, mas não é normal, nem naquela época, nem hoje, nem deve ser nunca.

Acho que nós somos responsáveis por cada um fazer a sua parte, como cidadãos, enquanto mulheres precisamos nos ajudar. Nós temos que ajudar a conscientizar as mulheres para que elas entendam que existe vários tipos de violência. No campo, nós temos uma dificuldade imensa, que é o que aquela senhora dizia: para quem vou pedir socorro? Se eu não tenho... Na minha casa, o vizinho mais próximo morava a dois quilômetros de distância, iria falar com quem? Essa mulher foi lá em casa, porque ela não tinha a quem recorrer. O que nós fizemos? A minha mãe pegou banha, grudou a mão dela e amarrou, que era o que nós sabíamos fazer, era o que tinha para fazer.

E, da mesma forma, como aconteceu naquela época, ainda hoje acontece, sem dúvida nenhuma, em vários lugares do nosso Estado e do nosso país. Então a intenção é fazer a nossa parte para chamar atenção e colocar mais luz ainda sobre esse tema. Eu tenho percebido que esse tem sido um tema que está sendo extremamente debatido este ano, ou pelo menos, mais debatido do que em outras épocas. Isso me deixa feliz, acho que é assim que começamos a mudar uma cultura, porque também é uma questão cultural. É assim que começamos a mudar uma realidade, sempre digo que só acredito em mudança quando fizemos parte dela. Essa é a intenção desta audiência pública.

Aqui, em nome da Deputada Ada De Luca, que é a Presidente da Comissão, cumprimento mais uma vez a todos vocês e agradeço profundamente por estarem aqui. Nós, enquanto Assembleia Legislativa, queremos contribuir, queremos ser uma ferramenta, um instrumento de unificação das ações e de divulgação dessa ações para que as mulheres, quando precisarem buscar ajuda, primeiro saibam a quem recorrer, e segundo, quando recorrerem a alguém, que sejam bem acolhidas, atendidas com dignidade. E que, depois dessa denúncia, elas possam ser acolhidas em uma rede de proteção que permita a elas saírem daquele ambiente violento, sozinha ou com seus filhos, e que sejam respeitadas com dignidade, que tenham suas vidas respeitadas e protegidas. E, se essa mulher não tiver qualificação, que possamos pensar em qualifica-la para que possa se inserir no mercado de trabalho e ser independente, não depender de ninguém para se sustentar e sustentar os seus filhos. A partir disso mudar um ciclo, por que se esses filhos assistirem tudo aquilo, eles vão ou repetir, ou sofrer, ou serem futuros agressores.

 Nós temos nas mãos uma grande chance, uma grande oportunidade de fazer a diferença nesse momento em que as pessoas estão começando a olhar para essa situação, entendendo que isso é um problema, e temos que fazer cada um a sua parte para resolver.

Vou passar a palavra para cada um dos membros da mesa. O Deputado Kennedy pediu para fazer uso da palavra em primeiro lugar, só para fazer os cumprimentos iniciais, e depois começamos a mesa de trabalho.

Passo a palavra para o Deputado Estadual Kennedy Nunes.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** — Boa tarde a todas e a todos. Gostaria, em nome da Deputada Marlene, que é a propositora desta audiência pública, e do meu colega Sargento Lima, fazer uma referência especial a todas as autoridades aqui presentes.

Eu pedi à Deputada para fazer uso da palavra porque, na verdade, estou fazendo um esforço grande para estar aqui, prestigiando esta audiência pública, porque ao final da tarde tenho um compromisso em Criciúma, numa agenda que já estava marcada, e preciso estar lá. Mas não poderia de forma nenhuma, Deputada Marlene, me furtar de estar presente por dois motivos: primeiro, por estar na minha cidade, Joinville, e seja bem-vinda a nossa cidade; e, segundo, porque este ano eu assumi a presidência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos do Brasil (Unale). Estão sob a minha responsabilidade 1.059 Deputados e 27 Assembleias Legislativas. E quando fui assumir essa missão, fiquei muito preocupado por ser uma missão muito grande, por ter que comandar no Brasil inteiro os nossos colegas Parlamentares, Deputados Estaduais. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu queria saber que tipo de ação nós poderíamos fazer. A minha vida se resume em uma coisa, as pessoas me perguntam se eu faço política e eu respondo que não faço política, eu influencio a vida de pessoas. Eu saio todos os dias de casa para influenciar a vida de pessoas, essa é minha a missão, e para o bem. E quando assumi a Unale, queria fazer isso. Conversando com alguns colegas, nós vimos três temas de extrema importância, que hoje viraram epidemia doutora Tânia, e vossa excelência que tem a responsabilidade de comandar a nossa Polícia Civil da região, sabe muito bem o que vou dizer.

São três temas que estão tirando vidas de pessoas ou sonhos de pessoas, e que trabalham muito silenciosamente: o suicídio, a automutilação e a violência contra as mulheres. A cada quarenta e cinco minutos uma pessoa se suicida no Brasil. A cada noventa minutos uma mulher é violentada no nosso Brasil. E são hoje quatorze milhões de adolescentes que se automutilam. Como estou observando que aqui não temos adolescentes ou crianças na sala, posso falar um pouquinho.

Eu, que estou mergulhado no Brasil inteiro, junto com o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério Cidadania e Direitos Humanos, Ministério de Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, estou vivendo isso nos nossos dias, e estou apavorado com isso. Deputada Marlene, sobre a automutilação, atualmente as crianças não estão se mutilando onde os pais e professores veem, nos pulsos e no antebraço. Elas estão se automutilando nas partes genitais, as meninas na vagina, os meninos no pênis. Eles estão compartilhando as giletes. Eles pegam um apontador, Deputada Marlene, Deputado Sargento Lima, e aquela lâmina do apontador, eles tiram essa pontinha da caneta Bic aqui, (*mostra parte de plástico da caneta*)*,* aquela lâmina cabe direitinho aqui e essa caneta passa a ser o bisturi para se cortarem. A epidemia é tão grande que eles estão engolindo objetos cortantes amarrados a um fio para se automutilarem por dentro.

Fico pensando o que será dessa nossa juventude, dessa geração que vem. Vocês sabem, eu faço parte da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, os pastores, os padres, os professores, todos eles estão apavorados. Talvez eu esteja falando aqui, e vocês estejam pensando, eu conheço alguém que está passando por isso.

Eu cheguei em uma fase da minha vida em que dou muitas palestras para adolescentes, doutora, estou na minha fase de “tiozão”, e os adolescentes vão com a minha cara, e pedem palestras para falar sobre redes sociais e outras coisas. Eu estava no Rio Grande do Sul, na cidade de Ibirubá, falando com adolescentes de Palmeira das Missões, Cruz Alta e Ibirubá. Eram quinhentos adolescentes, e quando eu estava falando sobre isso - os pais estavam presentes -, quando eu perguntei sobre esses assuntos, os pais ficaram tão atônitos, como algumas pessoas também ficaram aqui, ao saber disso. Perguntei para os adolescentes: quantos de vocês vivem no dia a dia com isso? Todos! Cem por cento levantaram a mão. E eu falei: estão vendo pais? O que para nós é surpresa, para eles é o dia a dia. E nós precisamos tratar desse assunto e tratar desse assunto é quebrar tabus, fazer isso que nós estamos fazendo aqui.

O outro assunto, é o suicídio. Nós agora estamos em uma campanha nacional, para que em todas as pontes e em todas as passarelas tenham o Selo da Vida. Não é que vai proibir, mas vai dificultar as questões. Depois do seminário que nós tivemos em Brasília, o próximo vai ser em Manaus com os Estados do Norte, no dia 13 de junho, eu peço que vocês reservem a data no dia 29 de agosto, na Assembleia Legislativa, vamos ter o seminário com os três Estados do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, eu queria que vocês participassem. São cinco seminários que estamos fazendo no Brasil sobre estes temas: suicídio, automutilação e violência contra as mulheres.

E coube a nós, da Unale, prepararmos e acolhermos tudo isso. Nós fizemos uma parceria com a Fundação Getulio Vargas, que vai compilar todos esses dados para tirar deles políticas públicas direcionadas às delegacias, aos postos de saúde, aos hospitais, às igrejas, às entidades, às associações de moradores para ver o que cada um vai fazer em relação a essas questões.

Nós já tivemos uma evolução muito grande, já provamos o projeto do Osmar Terra, que é o Ministro de Cidadania - e já foi sancionado pelo Presidente Jair Bolsonaro -, hoje tem a notificação compulsória dos casos de tentativa de suicídio e automutilação. Antes, quando entrava uma tentativa de suicídio em um hospital, por exemplo, entrava como acidente doméstico, intoxicação medicamentosa, não tinha... E nós não temos o registro, com isso nós somos o quinto país no mundo em número de suicídios. Imaginem, agora, quando terão a obrigatoriedade compulsoriamente da notificação. Já foi um avanço.

Eu estou fazendo isso e fiz questão de vir aqui, Deputada Marlene, porque vossa excelência, com essas audiências públicas, como nós já conversamos, da necessidade de até agosto, nesse périplo pelo Estado de Santa Catarina, levantarmos ações para que, o grupo de trabalho de violência contra as mulheres, já vou convidar vossa excelência para ser a comandante desse grupo, possa tomar as decisões sobre esses assuntos e dar sugestões.

Estou indo dia 11 de abril (*sic*), no Estado do Acre, em Rio Branco, representando a Unale, em uma audiência pública sobre esse mesmo tema, e, lá existe um botão da vida, que é um sistema para as mulheres que têm medida protetiva. Delegada Tânia, sobre esse assunto já está bem adiantado lá o processo do botão da vida, que alguns dizem botão do pânico e outros da vida. Nós vamos estar vendo isso, porque o Estado do Acre está bem adiantado nesse processo, em parceria com o Ministério da Justiça, o Tribunal de Justiça, com a Polícia Civil e a Polícia Militar, que vejo representantes aqui também, para que todos nós possamos ter esse tipo de violência terminada.

Termino minha fala dizendo duas coisas: primeiro, tenho ouvido muito, Deputada Marlene, que a grande forma de você diminuir a violência contra as mulheres hoje é trabalhar com os homens, fazer o entendimento reverso. Trabalhar com a mulher para ela denunciar é muito bom também, mas nós temos que trabalhar com nós homens.

Esses dias recebi um vídeo que é muito interessante. São duas crianças - que, pelos olhos puxados, eu poderia dizer que são da Ásia, parentes da Delegada Tânia -, com os olhinhos puxados, brincando de par ou ímpar, e quem perdia levava um cascudo, na nossa época era um tongo, dizíamos lá na Argentina: um tongo, um cascudo. A menina ganha, eles têm uma bacia na mão, e bate com respeito, bate na cabeça do menino, e, na próxima, o menino ganha no par ou ímpar, aí ele fica em uma situação impressionante, como vai fazer aquilo? Ele ganhou para dar um cascudo na menina! E o que me enche de orgulho é que nós temos uma geração que é possível trabalhar ainda, uma geração que não aceita esse tipo de ação, e ele não consegue bater, mesmo que seja com pouca força, a bacia de plástico na cabeça de uma menina. Porque ele, assim como eu, foi criado por um pai homem que dizia: em mulher não se bate nem com uma flor. Meu pai dizia: homem que bate em mulher não vale a titica da galinha. E nós precisamos trabalhar essa geração. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Eu vejo aqui, contei, estamos em 72 pessoas e apenas 27% são homens. Cara, quando eu vejo esse filme aqui, eu fico com vergonha. Eu não sabia se pedia desculpas... Daí eu pensei assim: eu vou pedir desculpas porque é homem, mas a minha outra parte dizia que não tinha que pedir desculpas, porque eu não fazia aquilo. Mas nós temos que ter vergonha, desde o de bigode branco ao mais novo homem, temos que ter vergonha disso, cara! Somos nós, homens! E se há violência contra a mulher... É claro que em Pernambuco me pediram para fazer um grupo de GT dos homens que apanham das mulheres. Mas isso é lá em Pernambuco, não é Michelini? Só que hoje nós não podemos aceitar isso.

Então, desta minha fala, Deputada, eu queria lhe dar uma missão: vossa excelência vai estar como mediadora e coordenadora do grupo de trabalho, no dia 29 de agosto, com todas as autoridades do Sul do País – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – e esperamos que as ideias que surgem de todas essas audiências públicas possam trazer medidas claras e efetivas não para diminuir, mas zerar esse tipo de violência que não dá mais para aceitar.

Que vocês sejam abençoadas e abençoados por Deus. Que a iluminação divina venha na ideia de vocês para que possam trazer sugestões a fim de diminuir esse problema, esse mal que tanto ofusca a história da humanidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Passo a palavra ao Deputado Estadual Sargento Lima.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** – Senhoras e senhores, Deputada Marlene, Deputado Kennedy, doutora Tânia, demais autoridades aqui já citadas, boa tarde.

Como bem disse o meu amigo Deputado Kennedy Nunes, eu não poderia me furtar de estar neste encontro na minha cidade. E os motivos que me trazem aqui são muito maiores do que uma obrigação de receber na minha cidade um assunto tão importante, mas é o fato de ter acompanhado, durante a minha vida profissional como policial militar, não dezenas, mas centenas de situações relativas à violência contra a mulher.

Deputada Marlene, eu adoro escutar os discursos da senhora na tribuna. Não é aquele discurso pesado, agressivo, é sempre carregado de mensagens inteligentes. E, Deputado Kennedy, eu vejo a emoção com que o senhor se refere cada vez que fala dessa questão, desses temas da automutilação e do suicídio.

Eu quero dizer que é difícil. Eu gostaria que cada uma das senhoras e que cada um dos senhores aqui, nesta tarde fizessem, rapidamente uma autoavaliação e tentassem, por alguns segundos, achar um momento em que já pensou em dar cabo da vida. É difícil confessar isso em público, mas em algum momento essa ideia maligna, que só tem uma natureza diabólica, já passou pela cabeça de todo mundo. Infelizmente, não é? E, graças a Deus, homens como vossa excelência, Deputado, abraçam causas tão nobres como essa e trazem à tona, ao conhecimento de todos esse assunto.

Deputada Marlene, a violência contra a mulher muitas vezes é suprimida em outras formas de violência. Nesses dias eu estava na minha casa conversando com a minha esposa e nós comentávamos sobre o fato de se impedir a esposa de crescer profissionalmente, sobre dificultar o acesso a informações. E que nós pensamos que isso só acontece lá no interior, nos mais longínquos rincões do Estado, ou no interior de outros Estados, pois temos Estados que não têm a densidade populacional que Santa Catarina tem. Realmente pessoas vivem isoladas nesses cantos, e propositalmente maridos e companheiros impedem o acesso da esposa até mesmo à informação.

E onde termina essa violência? De duas formas. No ano de 2018 quase 50 mulheres, para ser mais preciso 48 mulheres morreram assassinadas no Estado de Santa Catarina, simplesmente pelo fato de serem mulheres. É um número, mas se você for olhar a fundo são 48 órfãos, são 48 histórias de vida que mudaram de rumo por causa de uma ação violenta de alguém que, em algum momento, se identificou como um ser superior diante de outro. Quando Deus nos colocou neste mundo nos fez todos iguais, somente à sua semelhança.

Eu recordo de um caso bem pontual da minha vida profissional, aqui no Bairro Jardim Iririú, onde eu já tinha atendido ocorrências em relação à violência doméstica no mínimo umas oito vezes e no mesmo endereço. Nós fomos chamados, naquele dia eu trabalhava com o Cabo Nascimento, para atender uma ocorrência de homicídio e chegando lá encontramos aquela senhora, que sempre foi a vítima da violência, sentada com o bebê no colo, toda suja de sangue, e o marido morto. O Estado nada fez e ela, na legítima defesa de sua própria vida, foi obrigada naquele dia a dar um ponto final a uma tortura. Estragou a vida dessa mulher, estragou a vida do filho mais velho, que deveria ter uns 8 anos, o bebê de um ano e meio no colo, por pura omissão. Quando uma mulher é vítima de violência, com absoluta certeza pode-se atribuir ao Estado grande parte da culpa dessa violência.

Também aprendi que a lei é dura, mas é a lei. Mas, hoje, digo que a lei é branda e não deixa de ser lei. Quando nós falamos de direitos humanos, nós colocamos o lobo e a ovelha dentro do mesmo caixote para transportar. Nós os colocamos dentro da mesma sala e os julgamos da mesma forma. E é para isso que estamos trabalhando diuturnamente para que tudo isso mude. O Brasil está passando por um processo de mudança. O nosso Código Penal tem que mudar, as nossas leis têm que mudar, elas são extremamente brandas onde não deve ser e extremamente dura para quem não merece. Ela foi, dois anos depois, pelo fato de ser pobre... como a gente viu, o assassinato do Sargento Joacir levou dois anos para ir a julgamento, mas o assassinato do surfista lá da Guarda do Embaú levou um tempo recorde, acho que em quatro meses ele estava sendo julgado. Então a gente vê que ela é dura, mas não é tão dura assim e para quem ela deve ser aplicada.

Quero parabenizar a senhora, Deputada Marlene, também vou entrar em contato ainda hoje com a Deputada Ada De Luca para cumprimentá-la, já o fiz por duas vezes da tribuna por esse empenho que vejo em vocês, mulheres extremamente aguerridas, militantes e atuantes nessa área, que precisa ser assistida, e que até então não estava sendo como deveria. Como funcionário público que atendia a violência doméstica *in loco*, eu nunca vi uma atitude mais pontual do Estado. Ou terminava com a vítima matando o marido, ou com ela morta, ou com ela buscando, Deputado Kennedy, a alternativa do suicídio, ou então a quarta alternativa, que é a mais cruel de todas, ela cometia o suicídio sem tirar a sua própria vida, ou seja, ela se anula, se mata e se transforma em um zumbi dentro de uma casa. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Prestei atenção no vídeo dessa senhora que falava que ficava rezando para que o dia durasse uma eternidade e a noite jamais chegasse, porque ela sabia que à noite o lobo ia invadir o aprisco e ela seria mais uma vez vítima de violência.

Eu gostaria de agradecer a cada uma das senhoras aqui presentes por estarem nesta tarde junto conosco para debater um tema de tamanha importância e a cada um dos senhores. Nós homens temos uma obrigação muito grande de retirar da pauta o nome cultura. Não é somente porque eu sou homem que existe uma cultura de se bater em mulher, como se fala da cultura do estupro. Não é somente porque eu tenho um pênis que eu sou um estuprador em potencial. Isso é uma situação que, como eu disse, simplesmente porque a nossa legislação permite, facilita, e os direitos humanos facilitam a vida de quem passa por cima disso.

Os direitos humanos, na sua originalidade, foram criados para situações de guerra. Nós não estamos vivendo uma situação de guerra. Não estamos! Legalmente o Brasil está em paz, e a gente não pode tratar um homem que ceifa a vida de uma mulher, simplesmente pelo fato dela ser mulher, por ele se sentir uma criatura superior à condição da sua companheira, tirar sua vida e ser tratado da mesma forma. Ao estuprador, a mesma coisa.

Óbvio que por questões de lei, a gente não pode chegar à pena capital. Mas eu digo para vocês, eu tenho esposa, tenho mãe, tenho filho, tenho enteadas. E quando a gente viu aquele caso do sujeito que se masturbava dentro do ônibus e ejaculou em cima da moça ali sentada, Deputado Kennedy, eu te dou uma garantia muito grande: aquela mulher não tinha pai, não tinha marido e não tinha irmão. Porque se fosse na minha esposa, ou na minha enteada, ou no meu filho que alguém fizesse aquilo, eu não recorreria ao Estado. Mas isso é uma opinião minha, né.

Agradeço a todos, e vamos dar voz a essa voz que se levantou lá em Itapiranga e que hoje, com certeza, ecoa por todos os rincões do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A** **SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) –** Passo a palavra ao Secretário de Assistência Social do Município de Joinville, senhor Vagner Ferreira de Oliveira, porque ele tem que sair.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL VAGNER FERREIRA DE OLIVEIRA (Joinville/SC) –** Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Eu prometo que vou dar uma saída bem rápida e volto no máximo em quarenta, cinquenta minutos. Temos uma pauta que é para acolhimento de idosos e idosas que não deixam de ser mulheres.

Pois bem, eu me sinto muito feliz, afinal de contas nós estamos discutindo uma matéria muito importante. E na qualidade de Secretário de Assistência Social do Município de Joinville e também ex-presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Santa Catarina pelo biênio 2017-2019 eu tive o privilégio de conhecer praticamente 50% dos Municípios catarinenses. Dentre esses Municípios, eu discuti com praticamente todos, em especial política pública em respeito à proteção e prevenção da violência contra as mulheres.

 Aproveito este momento riquíssimo que nós estamos aqui — Deputada, muito obrigado por essa provocação —, afinal de contas nós estamos com os legisladores estaduais. Eu começo rapidamente a minha fala, prometo que não passo de cinco minutos, com uma breve reflexão no que diz respeito a todos os Municípios que executam essa política. Afinal de contas, a política de prevenção, de proteção à violência contra as mulheres é intersetorial, não é só da Assistência Social. Mas vale um destaque que é nos Creas, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que há um dos primeiros encaminhamentos. É na Delegacia de Polícia Civil, é na Polícia Militar, em todos os servidores públicos municipais e estaduais que desempenham um trabalho fantástico.

Mas eu trago novamente à baila uma situação que tem sido recorrente nas discussões de colegiado de gestores municipais, que é o cofinanciamento estadual para as políticas públicas de assistência social. Os Municípios de grande porte, que não são a maioria do Estado de Santa Catarina, porque a maioria dos Municípios são PP1 e PP2, médio porte, têm uma grande dificuldade em executar essa política, afinal de contas, mesmo sem ter o cofinanciamento do governo do Estado e um cofinanciamento do governo federal, que está em atraso, são obrigados a executar a política de prevenção em CRAS, até mesmo nem tem CRAS. Eles não têm equipamento de média complexidade. E esses Municípios pequenos também são cobrados pelo Ministério Público. É o Executivo que tem que dar um jeito do acolhimento, do encaminhamento, do atendimento a essa mulher vítima de violência.

Enquanto isso, no governo do Estado — não é uma crítica, mas eu peço um socorro, porque na quarta-feira estive em Florianópolis no lançamento da Frente Parlamentar, encampada pela Deputada Carminatti, a Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas do Suas —, só para vocês terem uma noção, no ano passado, teve um cofinanciamento para todas as proteções no valor de R$ 10 milhões para todo o Estado de Santa Catarina. Enquanto isso, através do BPC, o Benefício de Prestação Continuada para a pessoa com deficiência, para pessoa idosa, o programa Bolsa Família, na transferência de renda do governo federal para o Estado de Santa Catarina, foram R$ 120 milhões. O Estado de Santa Catarina investiu apenas R$ 10 milhões.

 Ou seja, como que nós vamos falar de política de prevenção e proteção para as mulheres no dia de hoje em especial, se os Municípios que têm a obrigatoriedade de executar a política não têm condição às vezes mínima de atendimento a essas mulheres? Eu falo com tamanha propriedade porque conheço diversos Municípios. E hoje nós temos a felicidade de estar em Joinville, que é o Município a priori que mais arrecada no Estado de Santa Catarina e que nós conseguimos, pela Fonte 100, executar diversas políticas, afinal de contas, nós temos três Creas, temos aqui uma casa de abrigo para atendimento dessas mulheres vítimas de violência, nós temos uma Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, nós temos um Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, muito atuante, nós temos uma Delegacia de Polícia Civil de extrema importância que funciona de forma intersetorial, e temos a Polícia Militar que trabalha em conjunto conosco. Mas como nós vamos falar isso para os outros Municípios também? Se hoje nós, que temos um pouco de condição, já temos dificuldade, a violência bate à nossa porta, como que vamos falar, discutir, sem pensar em investimento para os Municípios que sofrem diariamente com essa demanda? Então é muito triste iniciarmos esta palestra, ou melhor, esta audiência pública, com um vídeo como este, porque nos envergonha.

Eu, na qualidade de pai — eu tenho um menino, hoje ele tem um ano e cinco meses — e eu tenho a obrigação de transformá-lo e educá-lo em um homem de bem, uma pessoa de bem, para que no futuro próximo ele venha tratar as mulheres, os homens, de forma igual. Levando-se em consideração que hoje o conceito família abrangeu um pouco. Temos mulher/mulher pai, homem/homem mãe, temos família de todos os tipos e vale o destaque também.

Mas enfim eu tenho muito a falar, mas tenho muito a parabenizar a toda essa mesa extremamente rica, pois hoje nós temos aqui representado o Legislativo estadual. Agradeço imensamente ao Deputado Kennedy que fez menção, à Deputada Marlene, ao Judiciário presente, ao Deputado Lima e aos demais membros desta mesa.

Logo no início da fala o Deputado falou que nós tínhamos 72 pessoas aqui presentes, certo? Dentre essas, 27 homens. Mas se olharmos para frente nós temos uma mesa com praticamente 80% homens e duas mulheres. Não estou criticando os homens, não estou criticando as mulheres, mas é só para refletir.

Então, agradeço muito, prometo ir e vir o mais rápido possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) –** Agora para sua manifestação inicial, o assessor Fábio Mafra Figueiredo, representando a Procuradora-Geral de Contas de Santa Catarina, senhora Cibelly Farias.

**O SR. FÁBIO MAFRA FIGUEIREDO** - Eu vou pedir licença para falar aqui da mesa mesmo, se o pessoal não se importar.

Gostaria inicialmente de agradecer o convite da Deputada Marlene Fengler e, ao cumprimentá-la, cumprimento também a Delegada Tânia, todas as autoridades e todo mundo aqui presente.

É bem representativo que o Ministério Público de Contas esteja envolvido nessa iniciativa, ainda mais no momento em que ele está sendo comandado por uma mulher, né.

Em 2018, a nossa instituição começou a desenvolver um projeto de atuação nesse campo de combate e prevenção à violência contra mulher. Esse projeto tem alguns eixos fundamentais. Entre eles eu destaco uma fase inicial de identificação dos problemas encontrados aqui em Santa Catarina, uma outra fase de notificação de gestores, uma fase final, e uma final bastante importante que é de articulação em rede, articulação de todos os atores que trabalham com esse tema em Santa Catarina.

 Nessa etapa inicial de identificação do problema, a gente tomou conhecimento de um trabalho desenvolvido a pedido do Ministério Público de Contas da União de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, que fez um amplo levantamento da rede de atendimento e de serviços em todo o Brasil. Não foram todos os Estados pesquisados, mas uma boa quantidade de Estados brasileiros. E ali a gente detectou uma série de dificuldades e vimos que a situação em Santa Catarina não diferia muito daquela encontrada nesses outros Estados. A gente viu então que era preciso conhecer melhor a situação em Santa Catarina. Diante disso, fizemos alguns levantamentos preliminares, alguns estudos, entrevistas no judiciário, na Polícia Civil com a Delegada Patrícia, na Secretaria de Assistência Social do Estado, na Coordenadoria da Mulher, enfim. E nesses estudos preliminares a gente detectou, confirmou, né, a gravidade do problema aqui em Santa Catarina.

Diante disso, no último dia 8 de março, nós fizemos uma representação no Tribunal de Contas do Estado para que, nos moldes daquele trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, fosse feita aqui em Santa Catarina uma ampla auditoria identificando toda a rede de atendimento no Estado, qual é a estrutura existente hoje, quais são as principais demandas, quais são as necessidades que Santa Catarina tem nessa rede de atendimento.

Aqui cabe mencionar qual é o papel do Ministério Público de Contas, porque a gente está envolvido com isso, não é? Um Ministério Público de Contas que atua com contas públicas, com dinheiro público. Então, na verdade não há política pública sem dinheiro público. E o nosso papel é justamente fiscalizar o bom uso desse dinheiro público, para que ele esteja sendo bem empregado bem distribuído, e que essas políticas públicas sejam eficientes. Então, é aí que o Ministério Público de Contas se insere.

A partir desse diagnóstico realizado pelo Tribunal de Contas, a gente vai ter um instrumento muito fiel e muito consistente para cobrar dos gestores, sejam eles municipais ou estaduais, a efetivação de políticas públicas mais eficazes e também para desenvolver novas políticas, né, para suprir as demandas.

Eu não vou adentrar em números muito profundos, mas só nessa fase preliminar do estudo a gente descobriu que apenas 83 de todos os nossos Municípios catarinenses contam com estruturas como os Creas. Nós temos no Estado apenas 11 serviços de acolhimento à mulher. Desses 11, 7 são governamentais e 4 não governamentais. E aqui vale fazer um pequeno paralelo só com os nossos vizinhos do sul: enquanto nós temos 11, o Paraná tem 19 serviços de acolhimento e o Rio Grande do Sul tem 57. A gente ocupa hoje no Brasil 18º lugar entre os Estados com serviços de acolhimento para mulher.

 Outra demanda que também já ficou transparente só nessa fase preliminar do estudo é a falta de recursos públicos destinados para as políticas públicas. Na Lei Orçamentária Anual de 2018, havia uma previsão de destinação de recursos de R$ 117 milhões para todas as ações de assistência social no Estado de Santa Catarina. Isso representa 0,4% do Orçamento estadual. Desses R$ 117 milhões, apenas R$ 40 milhões foram destinados para Secretaria de Estado da Assistência Social, e dentro desses R$ 40 milhões não havia nenhuma destinação de recurso específica para as ações voltadas à mulher. Óbvio que dessa afirmação eu não posso dizer que não havia nenhum recurso, mas não havia uma destinação específica. Então há muito para melhorar, né.

Também nessa fase preliminar a gente identificou todas essas dificuldades, mas também nas conversas entabuladas a gente identificou que tem, sim, muitos trabalhos bons sendo desenvolvidos, seja no Judiciário, na Polícia Civil, na Polícia Militar, na assistência social, nas entidades organizadas da sociedade civil, nos conselhos de mulheres, também na Assembleia Legislativa, por certo. E a nossa contribuição também vem no sentido de poder contribuir com a articulação desses esforços, né. A articulação em rede pode surtir um efeito muito positivo no combate a esse mal que nos aflige e que deixa Santa Catarina numa posição tão ruim no quadro nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) –** Obrigada, doutor Fábio.

 Vale registrar aqui também que quando eu comecei a pensar sobre esse assunto, a doutora Cibelly foi uma pessoa que eu procurei, e com base nas informações que ela me passou e com o apoio dela irrestrito a essa série de audiências públicas, na verdade, me estimulou a efetivamente sugerir as audiências e, além disso, ela me ajudou muito nessa questão de saber quem são os órgãos, quais são os programas que existem, enfim. Porque é preciso ter coragem também para falar sobre esse assunto, né, a gente precisa de coragem. Eu quero deixar esse registro aqui, ela foi muito firme e falou: “Não, Marlene, vamos fazer. Vou ser parceira, a gente tem uma série de informações”. E agora eu vejo aqui que realmente vocês vão ser parceiros importantíssimos na construção dessa rede, que eu acho que vai poder dar resultados para esse problema.

Passo a palavra ao senhor secretário executivo da Amunesc, Tufi Michreff Neto.

**O SR. TUFI MICHREFF NETO** – Obrigado, Deputada, obrigado a todos que fazem parte hoje deste evento aqui da Assembleia Legislativa.

Gostaria de agradecer a presença de todos em nome do nosso presidente, Prefeito Ademar Henrique Borges, de Balneário Barra do Sul, em nome de todos os nove Prefeitos da nossa região da Amunesc. É um prazer poder receber e nós queremos cada vez mais aqui nesse espaço estar promovendo debates como esse, em relação à violência contra a mulher, usar este espaço aqui da Associação e envolver cada vez mais os nossos Prefeitos e os nossos colegiados das mais diversas áreas nessas discussões importantes para nossa região e para o Estado de Santa Catarina.

Estamos juntos na campanha regional Mais Amor, Menos Ódio, então entendemos que esses debates são devidamente importantes para que nós possamos avançar nessa questão em relação à violência contra a mulher, né. Ultimamente a gente vem conversando e há um sentimento de que parece que a violência contra mulher tem aumentado, esse é um sentimento que as pessoas têm me falado e relatado, e aí os especialistas aqui podem dizer, mas eu acredito que é muito mais por justamente a gente estar falando mais a respeito desse assunto, a imprensa está colocando isso cada vez com mais veemência e com mais importância, e isso faz com que as mulheres e até mesmo os próprios homens tenham denunciado casos que tem acontecido, e isso tem se tornado público, e a justiça pode atuar de forma mais efetiva, né.

Então acho que esse é o grande caminho, a gente continuar trabalhando a conscientização, denunciando, abrindo espaços para que as mulheres principalmente possam ter a quem recorrer, de que forma recorrer, e tenham cada vez mais consciência desse caminho, né.

A questão rural é muito importante porque são realmente pessoas que ficam mais isoladas e têm muito mais dificuldades. Se na cidade já há dificuldade, na zona rural é muito mais complicado, fica muito mais sombrio, muito mais escondido, né. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke.*]

Então, tenham na Amunesc um parceiro para estar participando e contribuindo com essas discussões. Nós estamos envolvendo esse tema nas nossas redes sociais, na nossa página e em todas as ações que nós temos feito. Estamos discutindo e divulgando para que nós tenhamos uma atuação mais efetiva e para que possamos cada vez mais reduzir esses índices trágicos que temos na nossa sociedade e no nosso Estado. Um Estado tão desenvolvido, com uma qualidade educacional tão grande, então, ocupar a quarta posição é vergonhoso, nós temos que mudar isso. Em termos de violência, nós somos o Estado mais seguro do País e por que não caminharmos também em relação à questão da mulher para esses índices, os quais vão fazer de nós um Estado referência, não tenho dúvida disso?

Estamos à disposição. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra ao Defensor Público da Defensoria Pública de Joinville, Estado de Santa Catarina, senhor Leonardo Bertoncini Filomeno.

**O SR. LEONARDO BERTONCINI FILOMENO** — Boa tarde a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e demais presentes.*)

Em primeiro lugar, eu queria pedir desculpas, porque não estava previsto eu vir para cá esta semana. Era para eu estar em uma audiência de organização criminosa hoje. Fui designado meio que em cima da hora pela doutora Ana, defensora pública-geral do Estado. Como visto, a nossa instituição é comandada atualmente por uma mulher e, com certeza, a pauta da violência doméstica e de proteção à mulher vítima de violência se encontra entre os principais esforços dessa gestão.

Muitos podem, ainda, não conhecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado, se alguém já frequentou alguma audiência criminal envolvendo casos de violência doméstica pode até achar estranho a minha presença aqui, pois pode muito bem ter visto um defensor público defendendo um agressor. Então, por que estaria aqui um defensor público falando em prol das mulheres? É porque justamente a Defensoria Pública faz também esse trabalho, não só de defesa criminal, mas também com relação à vitima nós fazemos o trabalho de orientação jurídica e educação em direitos. Ou seja, por meio de palestras, encontros muitas vezes com jovens e universidades abordamos diversos temas, entre eles, violência doméstica, drogas, enfim, tudo que é de interesse, principalmente da juventude que encontramos muito presente nas universidades, e orientação jurídica àquela mulher que comparece à Defensoria Pública, pois não tem condições de pagar do seu próprio bolso um advogado particular ou, como muitas vezes já presenciei, mulheres que, em razão do marido controlar o orçamento, o dinheiro de casa, não têm como contratar um advogado, não têm como pagar uma consulta para saber o que tem que fazer, o que deve ser feito. Isso em todos os aspectos, não só com relação a essa face criminal da situação, mas também com relação a divórcio, guarda de filhos, alimentos, enfim.

Então, a Defensoria Pública realiza esse trabalho, é importante que todos saibam. Caso alguém precise de orientação jurídica, que precise saber o que vai ser feito pode se encaminhar à Defensoria Pública que será muito bem atendido lá.

Sou defensor público há cinco anos, vim diretamente aqui para Joinville, e há três anos atuo como responsável, dentro da Defensoria Pública de Joinville, pelo atendimento à mulher vítima de violência. Todos os casos que são encaminhados à Defensoria Pública passam por mim lá. O que eu tenho notado é que desde os três anos que eu me encontro nessa função, o número de atendimentos, não sei se felizmente ou infelizmente, vem aumentando. Não sei, se por um aumento propriamente dos casos de violência doméstica ou pelo aumento da informação, de saber que existe um órgão a quem procurar, alguém a quem pedir socorro, alguém para saber o que está acontecendo no seu processo. Muitas vezes, a mulher vai à delegacia, faz o pedido de medida protetiva, o processo vai para o Fórum, mas ela não recebe informações daquilo que está acontecendo. Ela não sabe se agora o processo está com o Promotor, se está com o Juiz para decidir sobre a medida protetiva, ela não tem essas informações. Então, a Defensoria Pública, muitas vezes, trata de: “Olha, está tudo bem, a senhora fez tudo o que tinha que fazer; agora é deixar o Promotor, o Delegado fazer o trabalho dele; as medidas protetivas já se encontram em vigor. Tudo certo.”. Ou pelo contrário: “Olha, a senhora tem que ir à delegacia, o Delegado quer lhe ouvir, o Promotor pediu.”. Então fazemos esse trabalho que, diante das autoridades aqui presentes, acredito até que seja um trabalho de formiguinha, pois não estamos na rua prendendo os agressores, investigando os casos de violência doméstica.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o excelente trabalho feito pela Polícia Civil, a Dpcami, feito pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inclusive, tem programas especiais, tem grupo de mulheres na delegacia, se não me engano tem a Ronda Catarina no âmbito da PM que já foi muito elogiado para nós lá na Defensoria Pública.

Então, o papel da Defensoria Pública nesse cenário é o de informação, e eu acho que isso é o que ajuda, dentro de suas possibilidades, a tornar esse problema... não zerar, porque isso é impossível, infelizmente, mas diminuí-lo por meio da informação, discussão e sobretudo ação. Temos, sim, que realizar audiências públicas, debater o tema, educar as vítimas dos seus direitos, do que ela tem ou não direito, do que ela pode ou pedir para o Delegado, para o Juiz, e para o Promotor. É de fundamental importância trazer uma luz para este tema que tem 90% dos casos escondidos, sombrios, como várias pessoas já disseram antes. Acontece no lar, às vezes, sequer os filhos encontram-se presentes para presenciar a situação e também vizinhos pouco se importam, ninguém faz nada, muita gente vê, mas ninguém age.

Com relação aos números de atendimentos, peço desculpas por não ter trazido nenhum número concreto, nenhuma base estatística pronta devido ao tempo que eu tive para preparar, para vir para cá, mas eu como defensor público da área criminal estudamos criminologia e quem estuda criminologia tem conhecimento de um conceito que se chama cifra negra. Para quem não é formado nas letras jurídicas, cifra negra nada mais é do que aqueles fatos definidos como um crime, mas que não chegam ao conhecimento do Estado, da autoridade. Então, Deputada, quando nós vemos *x* casos de violência doméstica, de agressões, de feminicídios, temos que imaginar, ainda, que existem tantos outros que se quer chegam a ser registrados como tais. É uma força enorme, números assim não têm que ser entendidos como normais, devem causar espanto, porque se esses são os números que chegam ao conhecimento das autoridades, imaginem só quantos não chegam, quantos, como foi dito, são tratados como acidentes domésticos, enfim. Então, é outra preocupação que a Defensoria Pública tem nesse sentido.

Portanto, eu me encontro aqui muito mais para ouvir do que para falar. A Defensoria Pública coloca-se à disposição de todos, de todas as autoridades, dos representantes da sociedade civil e de todas as pessoas que tiverem conhecimento de algum caso assim para nos dar sugestões de como podemos melhor receber, melhor atender a quem se encontra nessas situações. Então, agradeço a oportunidade dada por vossa excelência e parabenizo todos os presentes por se encontrarem aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, doutor Leonardo.

Saiba que a sua presença aqui é muito importante, sim! O trabalho da Defensoria Pública sem dúvida nenhuma é essencial também nessa rede que a gente pretende formar e trabalhar em prol dessa causa.

Passo a palavra para a Delegada da Delegacia Regional da Polícia Civil de Joinville, Tânia Harada. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco.*]

**A SRA. TÂNIA HARADA** - Boa tarde a todas e todos. Obrigada, Deputada Marlene, pelo convite e parabéns pela iniciativa. Acho que a grande proposta desta conversa hoje é pensar o que podemos fazer, pensarmos em soluções.

Gostaria de chamar atenção aos Deputados presentes para as particularidades de cada região do Estado. A Deputada falou que é de Itapiranga, o Sargento Lima é daqui de Joinville e tendo iniciado a carreira no oeste, passado pelo planalto norte, litoral e agora Joinville eu observei que cada região tem uma particularidade diferente nesse contexto de violência doméstica.

Esse perfil da dependência econômico-financeira eu vi muito ali no oeste e planalto norte. Em Joinville há também questões de dependência econômico-financeira, mas a cidade tem um perfil diferenciado, pois observamos muitas mulheres independentes financeiramente, mas dependentes emocionalmente.

Então nós temos que pensar que há pontos que são comuns em todo o Estado e talvez todo País, mas há particularidades por região. Em Joinville, temos a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso cuja titular é a Delegada Geórgia. Ela vem fazendo todo um trabalho voltado ao perfil da mulher e do homem de Joinville. Houve quem dissesse aqui que os homens devem ser tratados e, sim, eles devem, e há trabalhos nossos desenvolvidos nesse sentido. É uma pena que minha colega teve que sair, o dever a chamou, mas temos, por exemplo, por iniciativa da Delegada Geórgia um projeto intitulado Dialogando com Homens. A delegacia tem ido até indústrias, temos agora uma previsão dessa palestra no Exército, está à disposição de instituições interessadas, e há um diálogo com o homem sobre a violência doméstica.

Chama atenção também para a responsabilidade das mulheres, enquanto mães, como pessoas, que vão ajudar na formação da personalidade de meninos. Então vejo que não devemos trabalhar só os homens, mas também as crianças e há que se impor aí uma mudança de cultura que elimine desde uma piadinha que parece inocente até um preconceito mais escancarado com relação às mulheres.

A Lei Maria da Penha é referência mundial e ela fala de atendimento multidisciplinar e por que essa lei prevê isso? Porque justamente a violência doméstica e as matérias tratadas numa Dpcami, de um modo geral, relacionadas a idosos, crianças, adolescentes são problemas que a polícia por si só não resolve. Então a importância da fala do Vagner relacionado à destinação de orçamento para a assistência social, a importância de nós trabalharmos essa mudança de cultura nas escolas, com os nossos conhecidos, com a nossa rede de contato.

Também, falando um pouco de polícia, a importância dessas delegacias especialidades. Eu digo com muita franqueza que eu vejo esse preconceito até dentro da própria polícia como se uma divisão de repressão ao crime organizado, como se a apuração de um crime de latrocínio fosse considerado algo mais importante do que um abuso sexual infantil, situações que demandam um grande volume de trabalho nas nossas Dpcamis. Então há que se reforçar cultura de que Dpcami não é perfumaria, de que essas delegacias realmente tratam de pontos muito sensíveis, que as pessoas que mais precisam de nós, o nosso público mais vulnerável vão se socorrer a essas delegacias. Então, eu peço aos Deputados que reforcem essa visão junto ao governo do Estado sobre a importância dessas unidades.

Importante também é nós pensarmos na ampliação no número de Dpcamis no Estado. Nós não temos Dpcamis em todas os nossos Municípios, e até que haja uma possibilidade orçamentária de pessoal para que isso seja ampliado, eu entendo que nós devemos buscar soluções para um melhor atendimento da mulher. Então é muito importante que aqui tem o representante do Prefeito Ademar de Barra do Sul, pois em razão do elevado índice de violência doméstica em Barra do Sul, a responsável pela unidade em Barra do Sul hoje é uma mulher. Então essa alteração foi feita com esse enfoque e eu tenho certeza que o Prefeito viu isso com bons olhos, que ele entende a importância de se ter uma mulher atendendo ocorrências relacionadas a mulheres.

Nosso defensor mencionou a questão da cifra negra. Os índices de criminalidades no Estado, de um modo geral, vêm sendo reduzidos, vêm numa decrescente, mas os índices de violência doméstica vêm subindo e eu vejo isso sobre um ponto de vista positivo. Eu entendo é que, na verdade, esse empoderamento, esse encorajamento que se tem hoje da mulher em denunciar vem diminuindo a cifra negra e, por isso, o número de ocorrências vem aumentando. Não propriamente que a violência por si vem aumentando, mas acho que a mulher vem sendo mais encorajada a trazer isso à tona.

Importante também que a mulher tenha um suporte para ir além da denúncia, por isso que a lei prevê um atendimento multidisciplinar. Tem que ver que essa mulher, muitas vezes, quando efetuar essa denúncia, vai ouvir conselho de familiares e próximos como, por exemplo: “Ruim com ele, pior sem ele.” “O que você vai fazer agora?” “Como é que você vai viver sozinha?”. Então existe a importância de encorajar essa mulher a seguir adiante.

Temos aqui a presença do Magistrado da 4ª Vara, eu não sei se essa estatística se mantém. A violência doméstica ainda está na competência da Vara do senhor? [*Dirige-se ao Magistrado.*]. Nós tínhamos uma estatística com o doutor Tesseroli que antecedeu o senhor no sentido de que somente em torno de 20% das denúncias efetuadas desembocavam em uma efetiva condenação. Não sei se essa estatística se mantém ou alterou, mas a mulher — esse é um perfil específico, é uma estatística específica de Joinville, da época que eu ainda estava nessa unidade — tem a coragem para dar este pontapé inicial, mas ela tem que ter o amparo para seguir adiante e levar isso à frente.

A importância de trabalhos preventivos, trabalhos como os efetuados pela Polícia Militar, a Rede Catarina. Foi mencionado aqui pela Deputada que na maioria das vezes os feminicídios, os atos mais graves são precedidos de fatos menos graves, ameaças, injúrias, mas já houve aqui caso de feminicídios em que o feminicídio é o primeiro ato, o casal não discutiu antes. Então há a importância de tratarmos preventivamente a mulher para que ela visualize no seu companheiro um potencial agressor a partir de determinados sinais. Isso vem sendo feito, é um trabalho que vem sendo feito através da nossa Delegacia, temos rodas de conversas, orientações efetuadas por psicólogas para evitarmos um mal maior.

Bom, essas foram as anotações que eu fiz enquanto acompanhava as falas dos senhores. A Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso e a Polícia Civil como um todo está à disposição para atender esse tipo de ocorrência, para parcerias, projetos conjuntos, temos parceria com o Conselho da Mulher, com a Comissão da Mulher Advogada. Eu acho que a prevenção é a melhor opção.

Finalizo dizendo que até por essa percepção de que a cifra negra vem diminuindo que a gente vem evoluindo, estamos, sim, evoluindo, mas temos um longo caminho pela frente, há muito ainda a ser feito. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*] [*Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini.*]

E no mais [fico] à disposição dos senhores. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, Delegada Tânia.

Quero também fazer o registro da Tenente Renata Bousfield, da Ronda Catarina da Polícia Militar, e já agradecer pela sua presença.

Com a palavra, para fazer as suas considerações iniciais, o excelentíssimo Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, Gustavo Schwingel.

**O SR. JUIZ GUSTAVO SCHWINGEL** — Boa tarde a todos.

Eu venho, desde fevereiro, respondendo pela Unidade da Violência Doméstica em Joinville, e até inicialmente não iria usar da palavra, mas tomei coragem para falar.

A doutora Tânia falou quase tudo que eu ia abordar, então, vou tentar ser um pouco mais sintético no que vou expor aqui. De fato é o seguinte: a problemática que traz, especificamente, a Maria da Penha ao Judiciário é que não vislumbro mais a dificuldade de as mulheres efetuarem uma denúncia, em ir à Delegacia reclamar. Eu não vejo mais esse obstáculo, os processos chegam diariamente ao Fórum. Diariamente, em Joinville, temos Auto de Prisão em Flagrante ou Boletim de Ocorrência, noticiando situação de risco que vem agregadas com as medidas cautelares, principalmente. Hoje essa urgência, essa necessidade de resguardar a integridade física da vítima vem muito agregada a essa questão das medidas cautelares que foram, como mencionadas pela doutora Tânia, a questão da legislação da Lei nº 11.343, de 2006.

Agora, o que me falta sempre em audiências e, posteriormente, esse pontapé inicial do processo, é a percepção da impotência do que vem depois disso. O que vira o processo? Realmente a doutora Tânia tem razão, o sucesso, o êxito, não passa de 30% com o decreto condenatório, não chega a isso, né? E eu sempre tenho aquela percepção de que mesmo num decreto condenatório a pena não é suficiente, isso só vem ao encontro do que foi exposto de que a situação e a solução para isso é multidisciplinar. O que acontece que isso não está sendo suficiente? O que a vítima quer? O que ela precisa?

E isso aqui, em Joinville, até me surpreendi — eu vindo de outras Comarcas —, fui inundado com algumas propostas vindas da Polícia Civil, da Polícia Militar, ainda estou com algumas dificuldades de operacionalizar isso no dia a dia porque não estava acostumado com essa situação. Mas sei que isso aqui, em Joinville, ainda é uma exceção à regra porque é uma cidade maior, é um polo da região, mas não é uma coisa que se estende às outras comarcas onde trabalhei, nem aqui perto. Então me surpreendeu o que já existe. E isso, acredito eu, que para fins criminais, para fins de Judiciário, falte realmente essa atuação que está sendo feita hoje aqui para que se estruture, em nível de Estado ou em nível nacional, uma coisa que seja tranquila para a vítima. Ela sabe que vai dar aquele pontapé inicial, depois é isso aqui, depois isso aqui, ela vai ter o acolhimento.

E um programa estadual não ser só um programa local em Joinville, em Florianópolis, em Criciúma, que o defensor vai ter que se esforçar para saber como é na região; que o Juiz vai ter que saber como é na região; que a Polícia Civil vai ter que saber como é na região. É preciso que seja uma estrutura estadual, ou uma estrutura que se multiplique em nível nacional e que venha ao encontro dos interesses da mulher. A mulher precisa saber que vai acontecer depois. Meu Deus! Ela já se expõe, expõe a vergonha dela, infelizmente, ela sempre se traz como culpada no processo. Acreditem, muitas mulheres me dizem: “Não, doutor, a culpa é minha. Poxa, eu devia ter ficado quieta, eu não devia ter respondido.”. E você sabe que não é isso. É muito frustrante quando você vê a vítima se vitimizando novamente porque não tem a certeza do amanhã, né? Não tem a garantia de que há um procedimento ritmado e que vai realmente ajudá-la nessa busca pela melhora. E a melhora é multidisciplinar, a pena, o Juiz, a Polícia Civil, o Defensor Público isoladamente, o legislador somente, ninguém aqui vai resolver nada sozinho. Falta-me, sempre, a percepção dessa cadeia bem desenvolvida, bem instruída e bem clara para vítima poder saber com isso os passos que ela pode seguir numa vida com ou sem o companheiro no futuro.

Porque acreditem, não é em todo caso de violência doméstica que o casamento acaba, muitas continuam com o relacionamento. Como vai viver com essa questão da violência doméstica dentro de casa? Vai se repetir de novo? Busca sempre uma mudança no marido? Como é que isso vai acontecer? Educação. Eu tenho as minhas convicções pessoais também, agrego aqui a questão de que a educação tem que vir realmente de casa, da base, para uma sociedade futura, vindoura, mas hoje estamos com o problema agora e como vamos resolver?

E nesse contexto a realização de audiências como estas vem ao encontro do interesse de uma eficiência, de uma eficiência na construção de uma igualdade, uma igualdade em que a mulher não seja mais subjugada, mas que, já é bíblico, que a mulher esteja sempre ao lado do homem. Então, por que não ser assim? Por que a mulher tem que ser sempre subjugada e com dificuldade, sempre passar por vergonha e [ser] vitimizada para se expor? Como se fosse uma vergonha ir à Delegacia, ao Judiciário, quando na verdade quem deveria estar com vergonha era o agressor. Quem agride muitas vezes desaparece no processo, não é acolhido, ou institucionalizado ou reciclado, né, para que perceba que o que está fazendo é um ato brutal, ele muitas vezes não consegue entender isso.

Então por parte do Judiciário fica realmente a necessidade de eu conhecer e conhecê-los aqui, e, como trabalhamos muito na lei, postular que com o Executivo e com o Legislativo se possa constituir uma rede integrada e institucional, realmente institucional, uma coisa que daqui, ou de Ituporanga ou de Xaxim, qualquer um saiba que: “Olha, é daqui do início até o final.”. Era só isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, doutor Gustavo.

Na verdade hoje, aqui, [quero] compartilhar com vocês que é o meu primeiro mandato, nunca fui nem Vereadora, nunca tive nenhum mandato, nunca fui eleita para nenhum outro mandato. Então, é a primeira audiência pública que estamos fazendo e isso é uma experiência nova para mim.

Eu quero dizer para vocês que a responsabilidade de hoje iniciar esse processo aqui em Joinville — que é uma cidade grande, que é uma cidade que já tem uma estrutura constituída, especialmente nessa área — é também desafiador, porque, se eu começasse lá por Itapiranga, onde conheço mais a realidade, seria muito mais simples, mas escolhemos começar por aqui exatamente para entendermos o que está sendo feito aqui.

Eu concordo muito com a [fala da] Delegada Tânia, temos que analisar os perfis de cada região, porque cada região tem um perfil diferente e a violência se manifesta de formas diferentes. E, aí, no caso, como é lá no oeste, no meio oeste, no planalto norte, certamente um dos maiores desafios é este: É você colocar à disposição dessa mulher uma forma de ela se manter depois de sair de uma relação. Porque ela é dependente, se ela mora no interior não tem, primeiro, a quem procurar, e depois trabalha na roça junto com o marido, só tem aquela terra, e vai para onde depois? Faz o que com os filhos? Então, aqui a realidade é diferente e o debate é diferente também, mas o importante é que a violência acontece de formas diferentes, mas é violência. E, hoje, para mim, só essas falas iniciais já foram extremamente importantes e elucidativas.

Eu acho que o Juiz, doutor Gustavo, falou exatamente o que pensei na hora de propor as audiências: é você institucionalizar as ações. Nós estivemos essa semana no gabinete conversando com o Comandante-Geral da Polícia Militar, com o Delegado da Polícia Civil, com representantes de todos os órgãos, com a doutora Cibele, do Ministério Público, com pessoal da OAB, enfim, e o que vimos foi que existem diversas ações fantásticas sendo desenvolvidas no Estado. Mas uma pessoa que participou dessa reunião — não vou dizer que desconstruiu todas essas ações que estão sendo feitas — questionou tudo isso que está sendo feito, porque na hora em que ela precisou do atendimento não sabia, primeiro, a quem recorrer. Ela não sabia se era para procurar a Polícia Civil, a Polícia Militar, se era para ir ao Tribunal de Justiça, se era para ir ao Ministério Público, se era para ir à Assembleia Legislativa, se era para procurar a imprensa, porque falta informação. Nós vivemos num universo em que achamos que a informação está disponível para todo mundo, mas não está. Ela está disponível para nós que temos um nível de formação, de informação e de acesso, mas essa mulher ainda tem um nível de acesso que a grande maioria das vítimas não tem.

Então acho que realmente falta muita coisa, mas, acima de tudo, temos que pegar todas essas ações que estão sendo feitas, que estão sendo desenvolvidas em cada área — ações maravilhosas como a ação da Polícia Militar, que faz um trabalho fantástico; como a ação da Polícia Civil, que faz um trabalho fantástico, todos os órgãos fazem —, mas precisamos juntar esses órgãos e mostrar para a sociedade: “Olha, isso é o que existe com relação a isso. Se você é uma mulher que sofreu violência e precisa de ajuda, você vai fazer isso, isso, isso, isso e isso”, A pessoa tem que saber.

E aí acho que tem uma questão extremamente importante: temos que incluir a Secretaria de Estado da Educação, ela precisa estar aqui para ouvir o que está acontecendo e incluir este debate no currículo escolar, assim como as Secretarias municipais.

Além disso, várias pessoas fizeram alusão a isso e com razão, eu sou mãe de um menino de 11 anos e me preocupo muito com a forma de como transformar esse menino, acima de tudo, num ser humano respeitoso, num ser humano que não ache que por que é homem é melhor ou é pior do que outro. Num ser humano que não ache que a cor faz diferença, que o gênero faz diferença, que a crença faz diferença, porque não faz. Nós temos que respeitar os seres humanos acima de tudo. E quando ensinamos isso para os nossos filhos, ou quando aprendemos isso em casa, já começa a mudança.

Só que, enquanto isso, nós temos mulheres morrendo, pessoas sofrendo, famílias com as crianças ficando órfãs e não podemos ficar parados esperando que a educação resolva esse problema daqui a uma, duas ou três gerações. Nós temos que fazer a nossa parte agora, e essa foi a minha intenção com esta audiência.

Eu agradeço, mais uma vez, profundamente, a todos vocês que atenderam o nosso pedido, o nosso chamado, para virem aqui hoje. E o que queremos fazer a partir de agora?

Eu quero passar àquele vídeo que o Deputado Kennedy falou antes, por coincidência o trouxemos para passar com a intenção de pensarmos um pouquinho exatamente nessas crianças. Depois, gostaríamos muito também de contar com a participação de vocês, com as suas experiências, com os seus questionamentos, com as suas sugestões, porque são elas que vão enriquecer este debate.

Então, vamos passar o vídeo, porque é extremamente esclarecedor.

(*Procede-se à projeção do vídeo “No Mundo das Crianças Não se Bate em Mulheres”, que mostra que a violência contra a mulher não faz parte do mundo infantil.*)

(*Palmas.*)

Bonito, né? Por que mudamos tanto nesse tempo entre a infância e depois se tornar um agressor? O que torna uma criança dessas um agressor?

(*Passar a ler.*)

“Não é natural para uma criança agredir outra sem motivo. Então também não pode ser natural que ainda hoje homens agridem e matam motivados pelo ciúme, pelo sentimento de posse, por se acharem donos. O que acontece na trajetória dessa criança que se recusa a dar um tapa e, depois, quando cresce, agride e mata? Entender isso e atuar na educação de meninos e meninas é parte desse processo de desconstrução da violência contra as mulheres.

Eu acredito que juntos somos capazes de criar e aprimorar as políticas públicas mais eficientes e com menos custo para o Estado, consequentemente, para a sociedade. Eu defendo a participação da Assembleia Legislativa como um agente catalizador dessas iniciativas.

Como uma das medidas práticas, após as seis audiências públicas que faremos no Estado, será realizado um seminário para reunir todas as propostas resultantes dessas audiências e dos encaminhamentos desses encontros.”

Em agosto também será realizado em Florianópolis um seminário da Região Sul, que o Deputado Kennedy já falou, para que também possamos trocar experiências e iniciativas sobre como nós e os outros Estados estamos enfrentando a violência contra a mulher e quais são os programas, as ações, enfim, as políticas públicas existentes, quais as que funcionam, o que podemos melhorar e como podemos compartilhar essas experiências e transformá-las em políticas públicas eficazes que tragam resultados efetivos para a vida não só das mulheres, mas para a vida da nossa sociedade.

Eu convido a fazer parte da mesa o Procurador do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Jonathan Artmann.

Agora, vamos chamar para fazer uso da palavra a Tenente Renata Bousfield, da Polícia Militar de Joinville.

**A SRA. TENENTE RENATA BOUSFIELD** — Boa tarde a todos. Obrigada pela oportunidade.

Eu fico muito feliz de discutir aqui esse tema que é tão importante, que já vem trazendo diversas complicações, diversas cenas tristes e que não pode sair de pauta enquanto não se cria uma solução efetiva.

Será que vamos conseguir acabar com a violência contra mulher? Não sei. Mas nós, como integrantes do Estado, cada um em seu órgão, temos a obrigação de melhorar o serviço que é prestado e de interligar esses serviços. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Eu não quero aqui me fazer repetitiva, acho que cada um falou algo de extrema importância. A Defensoria Pública trazendo informações para essas mulheres que muitas vezes não sabem a que órgão recorrer; o Ministério Público de Contas trouxe algo que é extremamente importante e totalmente alinhado com o que foi discutido pelo Secretário de Assistência Social: falta investimento em políticas, em campanhas, e não são só campanhas informativas, são campanhas materializadoras dessas intenções, dessa defesa da mulher. Eu já tive um professor que não gostava muito de campanhas por elas serem momentâneas, às vezes, não alcançavam os códigos, o signos, a comunicação necessária para atingir cada um. Por isso, nós não podemos só nos valer de campanhas informativas, nós temos que materializar, mostrar para a mulher. Que seja um fluxograma, e vai ser difícil construir um fluxograma porque muitas instituições pertencem a entes federados diferentes, umas são municipais outras estaduais. Cada uma tem que respeitar as diretrizes da sua casa. Então a gente tem um trabalho árduo nessa interação dessa rede de enfrentamento.

A Delegada Tânia Harada trouxe muito bem a continuidade, a força, o acompanhamento a essa mulher que sofre violência doméstica. Não é fácil denunciar que se é vítima. O Projeto Ronda Catarina inicialmente começou na cidade de Chapecó, eram visitas dos policiais a essas mulheres que sofriam violência doméstica, que se beneficiavam por uma decisão judicial, uma medida protetiva. E no começo as viaturas eram caracterizadas como Ronda Catarina. Depois, ao implementar, a gente percebeu que isso não era viável, não era interessante porque essas mulheres se sentiram constrangidas, todos os vizinhos sabiam que ela estava sendo visitada porque foi vítima de violência doméstica. Então, dizer que hoje é tranquilo, é fácil para essa mulher buscar ou continuar se valendo dos serviços estatais para se manter segura, não é. A sociedade infelizmente é preconceituosa e comenta a vida alheia. A partir do momento que ele vê aquela viatura caracterizada na frente da casa da mulher, infelizmente não tem a discrição de não fazer um comentário.

A gente sempre pensa em medidas programando uma melhor sociedade, num melhor ser humano, mas sempre vamos conviver com pessoas das mais diferentes índoles, então, é importante a gente pensar nesse trabalho contínuo e interligado. Hoje a PM com o Ronda Catarina já recebe as decisões judiciais, visita essas mulheres, a partir do perfil da vítima e do autor a gente determina a periodicidade, indica outros serviços que ela pode se valer: um apoio psicológico, um apoio jurídico com advogados.

Eu estava ali em cima conversando com a coordenadora da Casa Abrigo que muitas mulheres não sabem onde recorrer, não sabem como buscar apoio, não sabem onde se abrigar para fugir do seu agressor. E às vezes nós, integrantes das instituições, não sabemos como o nosso vizinho funciona. Eu converso com ela agora para saber como funciona a instituição dela, conheço um pouco da Polícia Civil porque já fui policial civil, sei um pouco das iniciativas. Fico muito feliz na interação que a gente tem com o Judiciário, a gente recebe de uma forma bem rápida as decisões via eletrônica, então, isso facilita e dá agilidade a esse atendimento.

Fico muito feliz com o que foi pontuado pela Deputada no quesito educação, porque nós temos que pensar em medidas de curto e longo prazo. A sensibilização de adultos, de homens que podem até não ser o agressor, mas que têm uma cultura machista, que têm uma cultura da imposição do poder. Isso há de se questionar se não é próprio do ser humano, se aquele que tem o poder, que tem uma capacidade física ou uma capacidade de influência não se valha disso, senão a coisa trabalha com todos os seres humanos e não só os homens. Isso tem que ser trabalhado com educação, educação na infância, e não é uma campanha de uma semana, não é uma palestra. Inclusive tivemos uma reunião com uma Vereadora que ela propôs que fosse incluído na grade curricular [a violência contra a mulher], analisando com pedagogos em que idade isso seria mais adequado, para que se discuta isso com a criança com frequência, com regularidade para que ela cresça com esse discurso de respeito ao ser humano.

Quanto ao que pode ser feito ao agressor, não só no quesito sensibilização, eu gosto muito de um livro que foi escrito por Hulsman, Penas Perdidas, fala até um pouco de abolicionismo penal, que hoje em dia não a gente não consegue nem ver dentro do Estado. Mas o autor fala de uma tribo de esquimós que, quando um dos integrantes cometia algum delito ou algum comportamento reprovável, alguns integrantes da tribo cantavam um hino ou algo parecido para que ele se sentisse envergonhado frente aos seus pares. Então nós temos que pensar em iniciativas educativas quanto aos homens. Eles têm que se posicionar frente às pessoas, ver que eles têm que respeitar as mulheres. As mulheres têm que se sentir valorizadas, a gente vive uma cultura sexista que a mulher não se torna independente financeiramente tão rápido. Muitos casos de Maria da Penha, muitos casos de violência contra mulher, ela se vê numa sinuca de bico porque não tem a sua independência financeira. Aí ela diz: “Como eu vou tirar o dinheiro do aluguel para pagar a fiança dele? Eu não quero que ele fique preso.”. Ela fica presa financeiramente, presa psicologicamente, presa moralmente.

Então, de tudo isso que todos falaram, eu acho que duas coisas são muito importantes: continuidade e interdisciplinaridade entre todos os serviços, interdisciplinaridade entre todas as capacidades e comunicação entre todas as instituições para que a gente chegue a um denominador comum, para que a gente diminua essa estatística. Assusta-me, num Estado tão desenvolvido em várias áreas, Santa Catarina ser o quarto em termos de violência. É muito triste esse tipo de estatística, e a gente não pode se conformar com isso.

Eu agradeço muito este momento por ter escutado cada um dos senhores. Vocês enriqueceram muito tudo o que eu já acredito, tudo o que eu venho trabalhando nesse programa e espero que daqui venham outras ideias para que a gente possa construir algo a mais em torno da segurança das mulheres.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra à senhora coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres da Secretaria de Assistência Social de Joinville e vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), Ana Aparecida Pereira.

**A SRA. ANA APARECIDA PEREIRA** — Boa tarde a todas e todos. É muito bom estar aqui presente com todas as instituições.

Primeira coisa, é muito bom estar com vocês, é muito bom ampliar essa discussão, essa pauta, como a Tenente falou, não pode se esgotar, enquanto houver violência não pode se esgotar. Deputada, parabéns pela iniciativa, eu já sou sua fã.

Nas rodas de conversa que a gente vem desenvolvendo no Município de Joinville com as mulheres nos CRAS, ou nos equipamentos, ou nas regiões onde nos chamam para fazer roda de conversa, a gente passa esse vídeo também. Sempre me emociono porque, quando a gente é criança é tão ingênua, tão educada, tão emocional, tão respeitosa, como depois na adolescência, na juventude, na fase adulta, e depois na velhice, a gente se permite ser violentada por palavras, por atos, por omissões, pelas pessoas mais próximas e que, de fato, a gente acha que nos amam e que dizem que cuidam da gente.

Eu tenho dois relatos aqui para contar. Primeiro de um caso que foi agora há pouco tempo, um homem de 32 anos aqui em Joinville foi condenado há 26 anos de prisão por ter matado a sua esposa. Ele deu uma entrevista na RicTV Record, recentemente, e ele disse que o motivo de ele ter cometido o feminicídio foi porque assim as brigas acabariam. E assim as brigas acabaram. Dá para ficar mudo, né? Eu, inclusive, estou com a notícia aqui. Isso me chocou muito quando a pessoa da segurança pública me encaminhou.

Outro relato é de uma vizinha minha, que é secretária do lar de uma vizinha no meu bairro, Floresta, uma pessoa extremamente querida, aguerrida, cuida dos filhos, casada há 32 anos. Ela foi quase morta pelo seu ex-marido. Ela conseguiu se desvencilhar desse ciclo de violência porque era ela quem bancava a casa com o trabalho doméstico digno. Ela foi embora para a casa de sua mãe, ela morava no Guanabara com o suposto agressor, e foi morar no bairro Fátima com a sua mãe. Ele maquinando tudo um dia foi caçá-la — ela pega o ônibus às 6 horas da manhã para ir ao trabalho —, e ela foi acometida desse crime, levou facadas no pescoço e na cabeça. Quando nós estávamos na campanha em março, aconteceu esse caso aqui em Joinville, há um mês. A fala dele era se ela não for minha, não vai ser de ninguém. Graças a Deus ela foi atendida prontamente pelo serviço público do Município, tanto pelo atendimento de emergência, o Samu, quanto pelo hospital de referência para esse tipo de lesão. Hoje ela passa bem, passou por algumas cirurgias, já retornou ao trabalho, mas ela está muito temerosa que esse cidadão seja solto e que ela corra risco de morte nós próximos dias, assim como os seus filhos.

Como que a gente vai fazer isso? Mesmo que esse cidadão, do outro caso que eu falei, pegou pena fechada de 26 anos, será que ele vai ficar 26 anos recluso? Com a sociedade machista que a gente tem, ainda com as leis que precisam ser revistas, será que daqui a pouco por bom comportamento ele não vai ser liberado? Eu faço essa pergunta. E essa mulher morrendo de medo, como aquela mulher que não queria que a noite chegasse porque era a noite que ela era açoitada com mais vigor pelo seu companheiro. Será que nós, mulheres, precisamos de fato viver com esse medo? Não poder vestir uma roupa mais leve porque a gente está se insinuando? Usar um batom vermelho porque a gente está se insinuando? Até quando? Nossas mães já sofreram, nossas avós já sofreram, e nós estamos sofrendo ainda isso. E aqui eu falo não só como coordenadora das Políticas Públicas para as Mulheres de Joinville, falo como Ana, como cidadã, cristã e defensora dessa luta com todas as mulheres que apoiam nossa causa. Ninguém merece ser violentada, tão pouco a mulher que é tão guerreira, tão forte, tão poderosa e tem que ter os mesmos direitos que os homens, está na nossa Constituição de 1988, mas na prática não é verdade.

O nosso salário numa mesma função e numa mesma habilitação a gente ganha 30% a menos do que o homem, e ainda tem que cuidar da casa, dos filhos, tem de três a quatro jornadas. O que a gente faz? Eu não tenho filhos por opção, hoje eu crio um menino do meu irmão, e luto para criar ele do jeito como as crianças fizeram seu depoimento [no vídeo], mas filho meu, do meu ventre, do meu sangue, eu não tenho. Como vão crescer essas crianças, como o Deputado aqui falou, se automutilando? Quantas pessoas se matando, tirando sua própria vida. Um índice gigante.

Talvez tenha aumentado o índice de feminicídio, de violência? Talvez tenha aumentado, mas talvez foi porque muitas pessoas boas estão se unindo para que esse tema venha à tona, para que as mulheres não fiquem mais com medo de denunciar. Porque a mulher antes apanhava e ela tinha que curar as feridas em casa, debaixo da cama, no sofá chorando sozinha. Hoje não, como tem equipamentos públicos, agentes públicos, pessoas da sociedade, ONGs, instituições governamentais, não governamentais, aí eu falo de todas as instâncias já em apoio, ainda não em rede em formato de fluxo, mas estamos trabalhando para isso, mas hoje ela tem essa visibilidade, coisa que ela não teria. “Mulher tem que apanhar mesmo”, era isso que se falava na época, por isso que ela curava as feridas dela em casa e a vergonha era gigante, não que seja diferente agora, ela morre de vergonha e ainda se sente culpada pelo ato da violência.

Então aqui fica meu apelo enquanto mulher, enquanto cidadã, enquanto cristã, enquanto servidora pública, na construção de políticas públicas para mulher, que, de fato, a gente construa essa rede. Joinville tem dado um salto, em conjunto a muitas mãos, ali tem um *banner*, atrás de você, que foi a campanha que a gente lançou este ano — é a segunda campanha seguida que a gente está lançando. A Tenente Renata contou que o professor dela fala que a campanha não é o suficiente, e não será, nada será o suficiente porque é o ser humano que tem que se autoavaliar e se transformar em uma pessoa melhor.

Mas a campanha trouxe muitos frutos. Um deles foi que mais de 70 instituições aderiram à campanha, numa solicitação rápida de uma semana a Prefeitura de Joinville com a Secretária de Assistência Social e a coordenação e mais o Conselho Municipal dos Diretos da Mulher, chamamos as intuições e todas aderiram à campanha, e outras que nem estão ali mencionadas porque mandaram suas logomarcas após o material ter sido confeccionado. Mas nessas rodas de conversa que estão acontecendo, até agosto nós estamos com uma agenda bem grande, tanto a Coordenação quanto o Conselho Municipal dos Diretos da Mulher, nós estamos andando em todos os territórios, especialmente nos Cras porque a gente é da Secretaria de Assistência Social, estamos indo também nas unidades de saúde e em territórios, inclusive, estes não tem CRAS, porque não é todo bairro que tem CRAS, são nove em Joinville. Então a gente está contemplando todos os nove em Joinville.

As conversas têm sido maravilhosas com as mulheres, o que a gente ouve é que mesmo elas em ciclo de violência, elas são muito fortes e muito poderosas e elas têm muito mérito. A gente escuta coisa que a gente jamais pensou em escutar, e elas ainda estão ali com força para tentar sair desse ciclo, e aí, precisa dessa rede que vocês todos citaram de apoio psicológico, social, econômico, profissional, para que elas se tornem independentes. É importante a sociedade saber que, eu sempre falo nas rodas de conversa e onde puder estar, a gente não é contra o homem, somos iguais aos homens, só queremos direitos iguais aos homens. Somos contra ao comportamento violento, somos contra machismo e essa violência. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

Então, eu, em todas as minhas facetas, me coloco à disposição da Deputada, de todos os senhores, do Juiz, de todos da mesa, em especial, dos profissionais e de todos os agentes governamentais e não governamentais, ONGs, enfim, para que juntas consigamos organizar a rede.

Nós teremos a primeira reunião da Rede. Ela foi aderida no dia 28 de março, no dia do seminário que aconteceu aqui em Joinville, no Teatro Juarez Machado, onde mais de 500 pessoas estiveram presentes num grito mesmo de necessidade de falar sobre a pauta, com a presença de muitas mulheres, muitos homens, muitas instituições. Então, foi assinado o Termo de Compromisso de Adesão [à Rede de Enfrentamento à *Violência* contra a *Mulher*] de mais de 30 instituições para formalização da Rede, e a maioria dos senhores aqui está contemplada no chamamento e no termo de adesão.

Então, dia 29, às 9h, no auditório M2, da ACE, na Faculdade Guilherme Guimbala, acontecerá a primeira reunião intersetorial de enfrentamento à violência contra a mulher organizado e articulado pela coordenação de Políticas Públicas para as Mulheres, da Assistência Social e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Joinville (CMDM), com todas aquelas instituições ali. Essa campanha foi abraçada pela Amunesc, pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pela Prefeitura de Joinville, e todos aqueles são os apoiadores — desde lojas pequeninas do bairro, mas que foram muito importantes, assim como grandes instituições, a Singer, Ajorpeme, enfim, tantas outras associações. Estamos de portas e braços abertos para todos e todas, a gente não exclui ninguém. Quem quiser ajudar nessa luta na organização da Rede, estamos aqui. Joinville foi o primeiro Município a assinar o pacto da Lei Maria da Penha, nesse mesmo dia do seminário, uma grande luta das mulheres, do Conselho Municipal das Mulheres de Joinville, da coordenação e da Secretaria de Assistência Social, com todos os parceiros. Então a gente tem evoluído, talvez, andado passos de formiga, mas a gente tem caminhado e está tendo resultado.

Para finalizar, eu vou dar o exemplo de campanha, Tenente Renata, em 2018 a gente fez a campanha do Apito, se alguém lembra, juntamente com essas instituições, com o Conselho e com a Prefeitura. E a gente não tinha convocado a sociedade em geral, era para apitar (*faz soar o apito*), um símbolo para as mulheres dizerem o que estava acontecendo com ela, um simbolismo. Isso aconteceu em março de 2018, fez um ano.

Em novembro do ano passado, a campanha foi em março de 2018, eu estive em Brasília, pelo Conselho Municipal, para conhecer a Secretaria de Políticas Públicas, e lá eu tive a oportunidade de conhecer o 180. O 180 é o número que você disca e faz a denúncia da violência contra a mulher em Brasília. Eu fui conhecer o lugar, quinhentas mulheres maravilhosas trabalham atendendo as mulheres de todo o Brasil que fazem a denúncia — até a pessoa que faz a segurança da porta do prédio, que é sigiloso, também é uma mulher. Então é um lugar delicioso, elas têm aporte psicológico, social, porque recebem cargas muito negativas, né? Mas eu, muito curiosa, fui lá e vi como era e pedi para ver os dados. Já era novembro, então, já dava para ver bem o ano de 2018 inteiro. Aí eu perguntei: Dá para gente ver uma estatística lá de Joinville, Santa Catarina? Ela já abriu o gráfico e mostrou-nos. Daí ela disse: “Nossa! Tem uma situação aqui, de março a julho houve um pico na ligação da cidade de Joinville. Aconteceu alguma coisa extraordinária nesse tempo?” Eu disse que sim, que aconteceu uma campanha em conjunto com o Conselho, com a Prefeitura e com a Assistência Social, pedindo que as mulheres apitassem e denunciassem [a agressão]. Foram entregues, nos bairros, nos centros, enfim, em vários lugares, os materiais, o adesivo, o apito, e foi bem divulgado. Então, houve esse aumento que foi de quase 20% de denúncia.

Então, talvez seja isso mesmo, Delegada Tânia, a senhora também abordou que as mulheres estão mais decididas porque sabem que tem mais agentes para acolhê-las. A gente só precisa mesmo é organizar, porque muita gente boa para atender já tem fazendo o seu trabalho, mas, às vezes, isoladamente. Então a Rede vai vir para trazer esse aporte, essa construção, essa união de forças.

Eu deixo aqui o convite, mesmo aquele que não assinou o termo, não respondeu ao termo, pode comparecer, e a gente apresenta o termo e formaliza lá a participação, porque muito em breve sairá uma portaria pelo Município, formando oficialmente a Rede Intersetorial de Combate à Violência Contra a Mulher.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, Ana, parabéns pelo trabalho aqui. Parabéns pela iniciativa da criação dessa Rede. Quem sabe a gente se inspire nessa Rede Municipal, para criarmos a rede estadual. Eu acho que é mais ou menos por aí que vai ser o nosso trabalho, buscar experiências exitosas e a partir delas criar uma rede estadual.

Passo agora a palavra ao senhor Jonathan Artmann, do Ministério Público de Contas de Santa Catarina.

**O SR. JONATHAN ARTMANN** — Muito obrigado, Deputada.

Eu, como filho da terra, já tive experiências, uma vez aqui, em 2012, de ajudar uma pessoa que sofreu violência. Mas ela sofreu em outro local e veio buscar ajuda aqui em Joinville, onde que tinha seus amigos, seus familiares, tudo. Mas ela não encontrou essa ajuda, ela encontrou uma barreira. As autoridades que deveriam ter ajudado ela se negaram a prestar esse auxílio.

E, desde lá, se vê que muito se avançou, esse assunto foi muito conversado, mas nela causou um problema que demorou seis meses para ela poder fazer uma denúncia. Imagina toda a dificuldade processual, tudo o que causou nessa pessoa.

Hoje a gente vê, essa semana ocorreu de novo, um caso de uma menina em Florianópolis, que sofreu uma violência num Beach Club, que é uma balada, uma festa que tem lá. E ela foi na imprensa, a gente recebe pelo WhatsApp, prova pericial, vídeo, e várias pessoas tentando desacreditar ela.

Então hoje eu levanto uma questão da Rede. Essa Rede é um grande passo para a mudança desse cenário que a gente pode ter. Por quê? Essas mulheres — tanto essa pessoa que tentei ajudar em 2012 quanto essa menina — talvez não tenham tido a orientação correta naquele momento que precisavam. Eu precisei pesquisar na Internet porque eu sabia que existia um número, agora sei que é o 180, para as mulheres fazerem a denúncia. Só que veja, uma pessoa que trabalha nesse meio, teve que lembrar. Então a gente tem que pensar que a sociedade não tem o número na cabeça. Poxa, eu tenho que ligar para a polícia, que número eu lembro? O 190.

Não é uma mulher vítima de violência, ela vai pensar em ligar para o 190, talvez. Com a Rede a gente pode fazer políticas que sejam macro. Às vezes, o Judiciário está fazendo um procedimento, faz várias pesquisas de como fazer uma decisão mais correta, mas a decisão é correta para aquele caso. A defesa vai tentar ajudar a mulher a se fortificar e continuar no processo. Os órgãos, como o Ministério Público de Contas, vão tentar ajudar a levar o dinheiro para fazer aquela ação. Só que, se a gente pensar tudo de uma forma em rede, porque cada órgão pensando sozinho vai pensar na sua atuação, como funciona o seu dia a dia de trabalho, às vezes, sem saber que aquilo vai impactar no outro órgão, no outro passo da escadinha para chegar lá e ajudar efetivamente a pessoa.

Então, o que a gente queria pedir que, com essa Rede que estamos criando, vocês que têm interesse e trabalham nesse tema pensem algum momento em alguma coisa que poderia ajudar no dia a dia dessa movimentação de como efetivamente... talvez um procedimentozinho, terminou uma coisa aqui, tem que mandar para lá, para tal órgão saber. Beleza.

Enviem para a gente essas ideias. Informem a gente, o Ministério Público de Contas, a Deputada, que está fazendo um trabalho maravilhoso sobre isso. Vamos juntos que a gente consegue [realizar], essa é uma demanda muito importante. Às vezes a gente escuta falar em tantos projetos maravilhosos em coisas que ocupam um pequeno, um ínfimo percentual da sociedade, e esse é um percentual da mulher que atinge uma enormidade. E a gente não escuta**,** não tem um volume tão forte quanto algumas coisas pequenas. Vamos dar volume, vamos deixar as pessoas realmente que necessitam saber que estão seguras, saber que vão ter um carinho, para saírem dessa situação e terem a sua vida resolvida.

Essas são as palavras que eu queria dizer hoje. Vamos começar essa Rede e começar a ouvir as ideias de vocês, que ela efetivamente funcione no Estado de Santa Catarina, e quem sabe levar para o Brasil inteiro essa ideia para ser aplicada em nível nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** —Muito obrigada, Jonathan.

Passo a palavra ao advogado, Carlos Alberto Oliva Neves.

**O SR. CARLOS ALBERTO OLIVA NEVES** —Senhoras e senhores, muito boa tarde. Boa tarde, Deputada Marlene; excelentíssimo senhor doutor Juiz de Direito, Gustavo; Delegada Tânia; Promotores Públicos e Defensores Públicos.

O meu nome é Carlos Alberto Oliva Neves, sou advogado há 34 anos, a minha OAB é 6.068, talvez eu seja o mais idoso aqui na sala. Trabalhei muitos anos como advogado na Vara da Família e presenciei muitos e muitos problemas das mulheres. Eu venho nesses anos todos... Antes disso quero dizer, Deputada Marlene, eu sou casado há 48 anos, incluindo namoro eu vou fazer 57 de namoro. Eu comecei a namorar tinha 14 anos, e a minha esposa tinha 13 anos. Nós temos duas filhas e três netos. Lecionei na ACE, na Univille e na Fundação Cultural de Joinville-FCJ. Hoje em dia dou aula de Direito de Família, não é aula, mas uma abordagem sobre o Direito de Família para as gestantes da Casa da Amizade. Sou Rotaryano há muitos anos também e sempre preocupado com essa questão da violência contra a mulher.

Em agosto do ano passado eu fui contactado por uma pessoa que pegou o meu nome pelo Rotary. Eu não conhecia a pessoa, e marcamos uma reunião e fui atendê-la. Era um homem que trabalhou nove anos como socorrista na Polícia Militar. Hoje em dia ele tem uma empresa chamada Home Care, que atende idosos, tem vários clientes. Ele me apresentou um aplicativo que se chama Security Care. Aí eu olhei, ele queria eu apresentasse isso para o Rotary, para a Maçonaria, mas eu não dei muita importância, achei que não teria uma aplicação direta.

Um mês depois, setembro, outubro, ele voltou novamente a entrar em contato comigo. Tomamos mais um cafezinho, conversamos, e daí eu tive uma ideia de ver se nesse aplicativo poderia inserir alguma coisa de proteção a familiares, às pessoas, e tudo mais. Hoje, nós estamos em maio, eu tenho muitos contatos em nível de pessoas amigas do Rotary, em nível Brasil, Curitiba, Brasília, São Paulo. Enfim, eu comecei a manter contatos, inclusive, fui a Florianópolis e falei com vários Coronéis da Polícia Militar, também, o Deputado Lima, que é meu amigo, já fui lá falar com ele.

Hoje, Deputada, essa pessoa de nome Edivaldo Veiga ficou três semanas em Brasília, já conversou com a Ministra Damares, já conversou tudo com os meus contatos, e um foi abrindo a porta para o outro. O Coronel Armando é Rotaryano, do meu clube de Rotary, então, abriu várias portas também, nada com referência a partidos políticos e, sim, somente amizade mesmo. Ele já falou com vários Generais lá em Brasília, Secretário de Segurança Pública nacional, e a Deputada, não lembro o nome, por intermédio de uma indicação resolveu convocar uma audiência pública lá em Brasília — assim como a senhora está fazendo aqui, está sendo feito em Brasília para apresentar esse aplicativo.

O que tem de diferente nesse aplicativo? Não é o botão aí, o número 180, doutora. É um aplicativo que a pessoa aperta o alerta, e todas as pessoas que estão num raio de 500 metros, mesmo não estando na sua lista de contatos, as pessoas desconhecidas vão receber o sinal de alerta. Aí o Juiz de Direito determina lá que o agressor tem que cadastrar o seu celular e a vítima também. E o Juiz determina que o agressor não possa chegar a 200 metros da vítima. Então a pessoa vai se cadastrar, vai assinar o termo, toda aquela burocracia, e vai entrar no sistema. Quando essa pessoa chegar num raio de 200 metros ou de 500 metros, como o Juiz determinar, a vítima recebe um sinal de alerta no celular, inclusive, mostrando no mapa onde o agressor está. Aparece o mapa no celular, ou seja, se ele vem pela direita, ela sai pela esquerda. Mas aí vão dizer que ele pode deixar o celular em casa, pode desligar o celular. Não, o Juiz determina que o agressor tem que fazer 20 *selfis* em horários aleatórios durante o dia. Ou seja, ele vai receber um comunicado e em dois minutos ele tem que fazer uma *selfi,* mostrando que ele está com o celular*.* O sistema vai captar isso aí e vai informar os controladores do sistema. Eu me tornei o advogado da empresa do Edivaldo Veiga.

Eu quero dizer também, Deputada, que eu tenho muitos, posso dizer amigos, parceiros. Na Europa, eu tenho um amigo que trabalha com *marketing* digital. Em janeiro, eu passei para ele dar uma olhada [no aplicativo]. Enfim, firmamos contrato com o Security Care. A Security Care já está na Europa inteira, já está atuando na Noruega, na Espanha, e também no Marrocos. Já existe Security Care em Espanhol, Inglês e Francês. Ou seja, é um aplicativo mundial.

Então, Deputada Marlene, eu quero que a senhora depois tome conhecimento de mais detalhes e faça com que sejam avaliadas essas potencialidades desse aplicativo, porque é de interesse da comunidade. É claro que vai existir toda uma sistemática de controle. Nós estamos lá conversando com as operadoras de celular, a Tim, a Oi, a Vivo e a Claro, eles detêm mais de 275 milhões de *chips* no Brasil. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi/Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

E o Ministro Moro vai nos atender provavelmente no começo de junho ou talvez até antes - vai haver uma necessidade de se inserir de uma forma nativa, como se diz, dentro de cada *chip* no Brasil. Ou seja, todos nós teríamos um *chip*, um aplicativo inserido, é só ativar. Quer dizer, provavelmente vamos ter, não é?

Enfim, eu vim aqui hoje justamente para transmitir isso aos senhores e às senhoras, à Deputada, para que vejam a necessidade, porque já existe lá no Tribunal de Justiça, doutor Gustavo. A Desembargadora Salete Sommariva, eu vi uma entrevista dela na televisão mostrando o manuseio de outro aplicativo que não tem essas funcionalidades. Portanto, já existe concorrência. A Desembargadora está com outro aplicativo nas mãos, que não tem essa funcionalidade que já está patenteada.

Era essa a mensagem que eu queria deixar e eu fico à disposição - posso dar um cartãozinho depois para a Deputada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Muito obrigada.

Passo a palavra para a senhora Loenir Fátima de Paula Furtado, conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Joinville.

**A SRA. LOENIR FÁTIMA DE PAULA FURTADO** – Boa tarde a todo. Eu faço parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sou aposentada pela área da saúde, trabalhei 22 anos na Instituição Pró-Rim e no Hospital São José.

O meu relato aqui para vocês vai ser de uma pessoa que cresceu no meio da agressão, casou com um agressor e superou. De que maneira eu superei? Com cinco filhos pequenos. O meu ex-marido era militar, se eu dizia que ia chamar a polícia, ele dizia “chama, eu faço parte, não vão fazer nada.” E não faziam. Levavam ele e o soltavam. Aí ele vinha para dentro de casa e me agredia. Isso aconteceu por anos, por dezoito anos, e eu tinha as crianças pequenas e ainda trabalhava. Aí depois pensei: vou mudar a minha vida, e fui fazer o meu curso de 2º grau, era no antigo Esquema, aqui em Joinville, mas ele olhava para mim e dizia assim: “burro velho não pega mais caminho”. No dia da minha formatura ele me espancou, eu pronta para receber o meu diploma, e me trancou dentro de casa dizendo que eu não iria. Eu tinha um menino de 13 anos que disse: “Eu vou abrir a porta e a mãe vai”, e um vizinho me socorreu. Quando cheguei lá na formatura já tinham chamado o meu nome e coisa e tal. Mas, com isso, eu disse que a vida ia mudar. Fui para a faculdade lá em Blumenau - não fiz o Enem -, eu saía daqui para estudar lá em Blumenau e cada vez que eu me arrumava para ir à faculdade ele dizia: “Você não vai estudar, você vai putear”.

Então, eu sofri todos os tipos de agressão. Às vezes eu chegava no hospital toda machucada e os médicos que trabalhavam comigo, que na época eram o doutor Hercílio da Luz e o doutor Xuxo, que todo mundo conhece em Joinville, o Kiko, diziam para mim: “Fátima, isso não é vida”. Eu não tinha casa na época, eu morava com a minha mãe, e daí eu saí da casa da minha mãe e aluguei uma casa com as minhas crianças. Sempre com os meus filhos ao meu lado, eu os criei no meio da agressão. E eu digo que não é porque você está no meio da agressão que você vai ser agressor. Os meus três meninos diziam para mim: “Mãe, nós estamos crescendo, nunca vamos fazer você chorar, nunca vamos bater numa mulher.” E hoje, graças a Deus, com o meu exemplo de mãe e de pai, porque eu fui também pai para eles e porque eu consegui sair dessa situação, eles são bons maridos, exemplo de pais. O diálogo, gente, do pai com o filho é muito importante. Eu saía daqui, trabalhava no São José, trabalhava no Regional e ia a Blumenau; saía às 16h daqui de ônibus para Blumenau, voltava para casa à meia-noite, uma hora da manhã, mas nunca deixei de ir a uma reunião dos meus filhos no colégio. Vocês podem me perguntar como eu conseguia fazer isso, mas quando você é um bom funcionário, você tem liberdade, você conquista a sua estabilidade e isso eu tinha com os meus chefes. Com tudo isso eu vivi dezoito anos, e agora vocês podem me perguntar: você continua nessa vida? Não! Graças a Deus eu me libertei, eu trabalhei, eu era auxiliar de enfermagem na época.

 Então, gente, para a mulher mudar, para sair da situação, não adianta só criarmos leis, elas têm que ter um trabalho, é preciso dar cursos profissionalizantes para essas mulheres para que elas saiam dessa situação. No meu bairro tem mulheres que sofrem; eu vou com a Ana dar palestras e vemos que existem mulheres que não saem dessa vida porque não têm para onde ir. Nós em Joinville não temos abrigos para as famílias. Tem o Rosa De Saron, que tem mulheres de todo o Estado, mas em Joinville não tem. Em Camboriú tem, mas em Joinville não temos uma casa para as mães e para os filhos. Então, isso dificulta para quem não tem um lar.

Hoje eu conquistei a minha casa, a minha família, eu vou casar o meu primeiro neto daqui a um mês e meio, a minha neta está fazendo Psicologia, o meu outro neto se forma em Educação Física. E por quê? Foi a criação, o meu exemplo de mãe e de pai que os meus filhos levaram para os filhos deles.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Parabéns. Não sei se é parabéns, mas é inspirador ouvir pessoas que têm forças para conseguir sair desse ambiente de violência, superar isso tudo e ainda educar filhos com uma cabeça diferente, seres humanos, acima de tudo. Parabéns!

Passo a palavra para a advogada Bruna Boldo Arruda, da Comissão da Mulher Advogada do Município de Joinville.

**A SRA. BRUNA BOLDO ARRUDA** – Boa tarde. Eu sou advogada e estou aqui representando a OAB – estava com a doutora Giordani, que estava representando a OAB, mas ela teve que sair para um compromisso e me deixou com essa incumbência.

Eu vou falar em dois momentos. Vou falar como advogada, representando a OAB e como sociedade civil também. Então, primeiramente, sou também da Comissão da Mulher Advogada e nós temos essa bandeira da defesa dos direitos da mulher. Estamos sempre abraçando essas causas, e um projeto novo que nós temos é realmente a questão da educação. Nós acreditamos muito na educação desses jovens, meninas e meninos, para o enfrentamento da violência doméstica. Assim, estamos idealizando um projeto dentro de outra comissão, que é o “OAB Vai à Escola”, para falar sobre a violência doméstica com as crianças.

E agora, nesse segundo momento, como sociedade civil, eu gostaria de falar que a minha opinião também é pela educação. Eu acredito que este seja um ponto muito importante. Concordo quando o doutor fala da questão imediata, que nós temos que fazer outras ações para atender o que já está acontecendo. Mas eu vejo que quando estamos dentro desses debates – também faço parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – é sempre muito falado da violência direta, e o que é a violência direta? É justamente o que está previsto na Lei Maria da Penha, da violência doméstica: os cinco tipos de violência. E não se fala tanto da violência cultural e da violência estrutural, que eu considero dois pontos muito importantes. A gente tem que parar de falar só da violência direta e falar da violência estrutural, porque ela existe, sim. E existe a violência cultural. Infelizmente o Deputado não está mais aqui, mas me incomoda um pouco a sua fala quando diz que não existe cultura, quando diz que não existe cultura do estupro. Existe! E quando a gente vai estudar a fundo, a gente vê o que é conceito de cultura, o que é conceito de violência estrutural. Então a gente pode começar a discutir esse tipo de assunto.

[*Transcrição: taquígrafa Siomara G.* Videira / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Então eu acho que, sempre que a gente vem para esses debates e quando a gente for para a reunião da rede, temos que pensar também nesse estudo, nessa capacitação dessas instituições, desses profissionais que estão juntos, para não falar somente de violência direto, o tempo inteiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra à senhora Mirele Aparecida Muniz Pereira, da Secretaria Municipal de Assistência Social, coordenadora da Casa Abrigo Viva Rosa, do Município de Joinville.

**A SRA. MIRELE APARECIDA MUNIZ PEREIRA** — Boa tarde a todos.

Eu gostaria de esclarecer (acho que é importante informar isto) que no Município de Joinville nós temos a Casa Abrigo Viva Rosa, e às vezes falamos o nome mas não sabemos o que é. Então, é um serviço que acolhe mulheres vítimas de violência – importante enfatizar que são mulheres que correm risco iminente de morte.

Elas vão à delegacia, registram boletim de ocorrência, e a nossa equipe é acionada. Vamos até a delegacia, levamos essas mulheres para um espaço sigiloso, e elas recebem todo atendimento, um atendimento psicossocial que nós levamos para a saúde também. Fazemos todo atendimento necessário para essa mulher e damos todo o amparo, toda a orientação para a proteção dela. Muitas mulheres aqui de Joinville, infelizmente, não têm família, e acabamos tendo que encaminhá-las para outro Município, para a família ampliada, ou até mesmo se consegue contato com uma rede de outro Município para poder acolher... do risco iminente [de morrer] que essa mulher sofre se permanecer em Joinville. Então, é mais para esclarecer.

E o procedimento: se vocês tiverem informações de uma mulher que sofre violência doméstica, que está sofrendo risco de morte, vá à delegacia, faça o boletim de ocorrência, e nós seremos acionados. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, Mirele.

Mais alguma manifestação? Aqui da mesa?

(*O senhor Fábio Mafra Figueiredo manifesta-se fora do microfone: “Eu queria fazer uma consideração.”*)

**O SR. FÁBIO MAFRA FIGUEIREDO** — Uma última consideração – mais uma reflexão, na verdade, depois de ouvir esses depoimentos e dizer tudo que nós falamos. Lembrei-me de um pequeno trecho de um texto, de um artigo, do falecido médico psicanalista Hélio Pelegrino, publicado em 1982, a respeito da tortura. Quando nós estávamos redigindo a nossa representação para o Tribunal de Contas, eu achei que essa realidade que ele retratava se enquadrava muito com a realidade da violência doméstica. Essa violência cotidiana no seio do lar, no seio da casa, onde nós deveríamos encontrar abrigo – claro, além da violência estrutural, cultural que, eu concordo contigo, também existe –, essa violência direta também machuca muito.

Então, eu queria pedir licença a vocês para ler, rapidamente, o trecho que acho bastante elucidador dessa realidade.

(*Passa a ler*.)

“A tortura destrói a totalidade constituída por corpo e mente, ao mesmo tempo que joga o corpo contra nós, sob forma de um adversário do qual não podemos fugir, a não ser pela morte. A tortura transforma nosso corpo – aquilo que temos de mais íntimo – em nosso torturador, aliado aos miseráveis que nos torturam. Esta é a monstruosa subversão pretendida pela tortura. Ela nos racha ao meio e, no centro desta esquizofrenia, produzida em dor e sangue, crava a sua bandeira de desintegração, terror e discórdia.

O corpo, na tortura, nos acua, para que nos neguemos enquanto sujeitos humanos, fiéis aos valores que compõem nosso sistema de crenças. Ele se volta contra nós, na medida em que exige de nós uma capitulação que, uma vez consumada, nos degradaria. É esta, não obstante, a primitiva, a destrutiva e desesperada demanda que o corpo nos faz. O corpo, sob tortura, nos tortura, exigindo que nós o libertemos da tortura, seja a que preço for. Ele se torna, portanto, aquém de quaisquer valores, numa faixa de realidade psíquica anterior às mais mínimas exigências da ética e da honra, o porta-voz dos torturadores, aliado destes na sinistra empreitada que nos quer anular enquanto pessoas humanas.

(...)

Ao quebrar-se frente à tortura, o torturado consuma – e assume – uma cisão que lhe rouba o uso e gozo pacífico de seu corpo. A ausência de sofrimento corporal, a preço da confissão que lhe foi extorquida, lhe custa a amargura de sentir-se traidor, traído pelo próprio corpo. Sua carne apaziguada testemunha e denuncia a negação de si mesmo, enquanto pessoa. A tortura, quando vitoriosa, opera no sentido de transformar sua vítima numa desgraçada – e degradada – espectadora de sua própria ruína.”

É contra essa violência que nós queremos nos unir e batalhar. É só isso. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Eu acho que foi uma tarde extremamente produtiva, de aprendizado, que a meu ver consolida o pensamento... acho que todas as pessoas que se manifestaram pensam a mesma coisa. Nós temos que formar uma rede forte, consistente, eficaz, que possa fazer com que todas essas ações individuais – cada um fazendo o seu trabalho, cada entidade fazendo muito bem o seu trabalho... se conseguirmos institucionalizar isso, eu acho que, aí sim, nós vamos dar um passo muito importante para mudar essa realidade.

Nesse sentido, eu proponho – e submeto a vocês – que nós criemos um grupo de trabalho a partir destas audiências públicas; esta é a primeira, e nós teremos mais cinco, a próxima será em Florianópolis no dia 31 e a última será no dia 8 de julho em Chapecó. Então ao final das audiências públicas, talvez nem seja preciso esperar o final, poderemos fazer concomitantemente, criaremos este grupo de trabalho com a participação efetiva de todos os órgãos que de alguma forma trabalham esse tema. E que nós pensemos em como formalizar isso respeitando as peculiaridades de cada órgão público, a realidade e a função de cada um. A sociedade civil também deve estar representada, os conselhos municipais, enfim, para que nós consigamos construir e realmente institucionalizar essa rede forte, com autonomia e competência para fazer os encaminhamentos. E, a partir disso, fazer campanhas, como dizia a Renata, não apenas uma, mas campanhas continuadas. Não sei se esta é a solução, mas, como sugestão, criar uma semana por ano para que se debata o tema; que se vá às escolas, que se converse com as pessoas, enfim. Definiríamos nesse grupo de trabalho as ações que poderemos fazer para que o resultado final seja essa rede forte de atuação contra a violência doméstica.

Também, eu queria sugerir que convidemos para a próxima audiência a Secretaria Estadual de Educação, porque eu acho fundamental que esta Pasta se faça presente. Não sei se tem mais alguma sugestão de algum outro órgão que deva estar presente, que vocês acreditam que deva participar desse grupo de trabalho... E aí nós já encaminharemos para vocês

(*A senhora Maria Elizabeth Lima manifesta-se fora do microfone: “A Saúde.”*)

A Saúde, verdade, a Secretaria da Saúde.

(*A senhora Maria Elizabeth Lima manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

É verdade, muito bem pensado...

**A SRA. MARIA ELIZABETH LIMA** — (*Inicia a sua manifestação falando fora do microfone.*) Porque, assim, a educação é fundamental tanto para a prevenção quanto para os mais idosos, os meninos mais velhos teriam uma compreensão melhor de toda a situação. A Saúde, porque é preciso tratamento. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

Hoje em dia se vê a situação da violência contra a mulher também como uma síndrome de dependência. Até vocês falaram uma coisa que cai dentro disto: como a mulher foi forte! E de repente essa mulher que suporta tanto, tanta violência durante tantos anos, ela já foi ensinada que isso é normal, e suportar a violência é a força dela. Como exemplo disso, nós tivemos o atendimento de uma família com sete filhos; a mãe era espancada, também os filhos, e seis filhos foram acolhidos – na época a mais velha, que tinha quinze anos, já tinha um filho. Depois de dois anos de atendimento a mãe decidiu continuar com o pai e deixar os filhos porque ela não podia deixá-lo continuar sofrendo tanto. Percebe o outro lado da visão? Essa era a força dela, mas para cuidar dos filhos ela era fraca, ela não servia como força e não considerava, portanto, a impossibilidade de eles se autogerirem devido a idade deles. Cinco foram adotados, alguns pela idade no exterior, e o segundo filho não foi adotado já em função da idade, continuando sob a orientação da Secretaria de Assistência Social até completar 18 anos ou 19 anos.

Então a integração de todas essas Secretarias e de todos esses profissionais é fundamental, juntamente com a campanha.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Muito bem, com certeza. Já vamos incluir a Secretaria da Saúde também, e em todos os lugares eu acho que sempre precisamos da presença de representantes municipais, porque os Municípios precisam estar envolvidos. Como falava antes o Secretário aqui, os Municípios grandes já fazem isso, mas os menores não enxergam isso como uma prioridade. E nós temos que fazer com que eles enxerguem que isso é uma prioridade sim e temos que incluí-los nessa rede para que eles façam a sua parte.

**A SRA. ANA APARECIDA PEREIRA** – Eu não vou justificar a ausência da Saúde, porém, segundo a nossa amiga aqui eles foram convidados. Mas a Saúde juntamente com a Assistência Social, a Segurança Pública, o Judiciário e todos os órgãos que estão reunidos na Comissão Aconchegar.

A Comissão Aconchegar é a comissão que integra toda essa intersetorialidade para trabalhar um protocolo de violência. Claro que é um protocolo de violência sexual geral – crianças, adolescentes, meninos, meninas, mulheres, homens, enfim, todos –, mas é muito bacana que isso já vem se discutindo. E muito em breve estará saindo do forno o nosso protocolo, que é a linha de cuidado que Joinville vai realizar. Então, todos os órgãos que estavam aqui hoje e mais um pouco estão lá reunidos, e eles estão trabalhando com afinco para apresentar esse fluxograma. Porque a mulher precisa denunciar, a mulher precisa de assistente social, de psicólogo, mas na hora em que ela é machucada ela precisa do atendimento. Portanto, esse fluxo, essa organização está sendo feita intersetorialmente pelos hospitais; básica, média e alta complexidades da Saúde, também na área da Assistência Social – tem essa integração –, da Segurança Pública, e demais órgãos também. Então é um avanço, eu acho que Joinville também está [avançando]. E lá por setembro vai ser apresentado publicamente esse protocolo que vai trazer muito essa... pelo menos para o primeiro atendimento e para os encaminhamentos futuros para a Saúde, para dar articulação. Bem bacana, está caminhando. E a maioria deles, do Aconchegar, está também conosco na rede e vão fazer parte disso.

Outra coisa que também está acontecendo, já que tu falaste de ideias boas e exitosas: o núcleo Maria da Penha aqui de Joinville, que é da CE – faculdade de Direito, de Psicologia, enfim, de vários cursos. Eles têm o núcleo Maria da Penha já há um bom tempo e ele é parceiro nosso, da Assistência Social, da Saúde, dos CRAS, dos Creas e do Conselho. É parceira. No dia 28, antes da reunião da rede, tanto na parte da manhã quanto na parte da tarde, os profissionais dos Creas de nível superior (assistente social, psicólogo, pedagogo, enfim, todos os profissionais que lá atendem) vão ter uma oficina e uma roda de conversa com o núcleo Maria da Penha. Não só para instrumentalizá-los com relação à Lei Maria da Penha a fim de eles repassarem essa informação para os seus usuários e as suas usuárias que necessitam disso, mas eles também dão apoio jurídico e psicológico. Então, encaminhamento de referência e de contrarreferência. Essa é uma parceria do núcleo Maria da Penha, da Assistência Social, para que os nossos profissionais possam acolher bem — já fazem um trabalho extraordinário, mas nós nos especializando, aprofundando, cada vez ficará melhor o atendimento. Também é outro traçado que estamos formalizando em conjunto, e acontecerá no dia 28. Se alguém daqui, de Joinville, tiver interesse em participar, por que não? A Saúde também pode participar, assim com os CRAS, que foram convidados essa semana. O evento será dia 28: das 10h às 12h uma turma (na parte da manhã) e das 14h às 16 h outra (na parte da tarde), no mesmo auditório, na CE – atrás do hospital São José.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – É legal saber das novidades e saber que isso está sendo movimentado. Joinville está fazendo história e dando exemplo. Parabéns.

**A SRA. ANA APARECIDA PEREIRA** **–** Precisa. É necessário.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Inclusive, eu acho que nesse grupo de trabalho já poderia ter alguém dessa rede aqui também para nos ajudar nesta construção do fluxograma, pois vocês já estão tendo uma experiência nesse sentido para contribuir com isso, mas todos nós contribuímos. Essa é a ideia: todos nós vamos aprender juntos e colocar em prática aquilo que vocês estão compartilhando conosco.

Se alguém tiver mais alguma outra consideração a fazer, fique à vontade; se não, eu vou agradecer a todos vocês pela participação e vou passar aos encaminhamentos. (*Pausa.*)

Como encaminhamento final, eu acho que a criação desse grupo de trabalho talvez seja o mais importante e mais eficaz de toda essa discussão, porque é criar esse grupo de trabalho para que efetivamente possamos ver essa rede de apoio trabalhando em conjunto. E eu não tenho dúvida alguma de que vamos ter resultado em curto, em médio e em longo prazos. Em curto prazo são os problemas que temos no dia a dia, e em médio e em longo são educação e uma série de ações que devem ser feitas.

Eu agradeço a todos pela disposição em trabalhar isso; à Evelise pela atenção nos dada, o que nos ajudou muito na organização de todo o trabalho aqui; e, mais uma vez, à Amunesc pela cessão deste espaço. Também quero agradecer muito à mesa pela participação; aos colegas por nos brindarem com a sua presença e com as suas experiências, o que foi extremamente produtivo; e às pessoas por virem aqui, aos representantes municipais, enfim, a todos vocês que estiveram presentes nesta audiência.

Quero dizer que para mim foi uma experiência realmente muito importante. Eu tinha muita dúvida se isto não seria apenas mais uma reunião, mais uma audiência pública, mais um debate, que ia ser somente isso. Porém, eu tenho certeza que não vai ser assim e peço a vocês muita ajuda e muito apoio para que isso realmente aconteça, para que se tenha um resultado efetivo e prático como consequência dessa iniciativa que foi minha, mas que é de todos nós, e o resultado disso vai ser para a sociedade – é o mais importante.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro* / Leitura final: Almerinda Lemos Thomé]

**DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**